

Quem disse ?

«O sucesso do projecto europeu é alavanca essencial para vencer-mos o nosso atraso estrutural.»

António Vitorino
Expresso, 9 de Janeiro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1002 14 JANEIRO 1999 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Ambiente e saúde

PS denuncia campanha de agitação de Marcelo

O PS acusou ontem o PSD e Marcelo Rebelo de Sousa de estarem a promover no País uma campanha de agitação em torno dos serviços de saúde e contra a existência de uma solução ambiental para o problema dos lixos tóxicos. Em conferência de Imprensa, o vice-presidente do grupo parlamentar do PS, José Junqueiro, lembrou que Marcelo Rebelo de Sousa começou por apoiar a greve «self-service» decretada pelo Sindicato Independente dos Médicos. O líder do PSD, acrescentou o dirigente socialista, só mudou de opinião quando os portugueses reagiram com indignação a esta forma de luta desencadeada por uma minoria da classe médica. «O PSD em vez de ser parte da solução dos problemas em Portugal é parte de focos de agitação destes mesmos problemas», denunciou o deputado.

No caso das campanhas de agitação do PSD contra as centrais de co-incineração de resíduos sólidos, o vice-presidente da bancada socialista considerou irresponsável este comportamento, sobretudo, depois de o Governo ter chegado a um acordo com os autarcas de Coimbra e de Leiria, com as respectivas populações e de ter envolvido na solução as mais prestigiadas instituições científicas do País.

«Pela parte do Governo e do PS assumimos a responsabilidade de tomar decisões fundamentais para o País», concluiu o camarada José Junqueiro.

DESAFIOS SÉCULO XXI

GOVERNO PREPARA PORTUGAL

O Conselho de Ministros esteve reunido dois dias, sexta-feira e sábado, no Forte de São Julião da Barra, em Oeiras. Uma reunião em que foram anunciados pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, os novos aumentos do salário mínimo nacional, bem superiores à inflação esperada para 1999. O salário mínimo para os trabalhadores por conta de outrem passou para 61 300 escudos, mais 4,1 por cento, enquanto o vencimento mínimo para os serviços domésticos fixou-se em 56 900 escudos, mais 5,17 por cento. Mas o Conselho de Ministros foi também destinado à reflexão dos membros do Governo sobre os principais desafios que se colocam ao País nos primeiros anos do próximo século. As conclusões do Conselho de Ministros serão apresentadas amanhã.

Política

Tratado de Amesterdão representa um passo no sentido certo



A Assembleia da República ratificou na semana passada o Tratado de Amesterdão. «Não sendo seguramente a salvação da Europa, o Tratado de Amesterdão é um passo no caminho certo da construção da Europa», afirmou António Guterres no encerramento do debate. Também Jaime Gama foi claro em considerar que o tratado representa um compromisso bom para Portugal e uma boa base para novos desenvolvimentos no processo de integração europeia.

Ambiente

Governo decide requalificação das cimenteiras



O Governo anunciou, na passada semana, a requalificação ambiental das cimenteiras portuguesas, no âmbito do projecto definido pelo Ministério do Ambiente para a co-incineração de resíduos industriais perigosos incineráveis, reforçando a política integrada de tratamento de resíduos em execução.



O Tratado de Amesterdão e os desafios do século XXI

A reunião do Governo no Forte de S. Julião da Barra demonstrou, mais uma vez, o empenho do executivo de António Guterres em preparar o País para os novos desafios da construção europeia.

O Tratado de Amesterdão, que a Assembleia da República rectificou esmagadoramente na passada semana, é, conforme referiu António Guterres, «um passo no caminho certo da construção da Europa». O Tratado de Amesterdão potencia indiscutivelmente um salto qualitativo do processo europeu, abrindo novas possibilidades de responder de uma forma pragmática às necessidades que se fizeram sentir um pouco por todo o continente desde o início da presente década, conforme referiu o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, durante o debate parlamentar.

Neste sentido, o primeiro-ministro, reiterou a defesa da construção de uma União Política com forte dimensão social contra o entendimento dos que pretendiam reduzir a Europa a uma mera zona de comércio livre.

É precisamente esta dimensão social que Guterres quer, cada vez mais, ver reforçada na política económica europeia e que tem vindo a aplicar em Portugal. Aliás as resoluções aprovadas no último Conselho de Ministros vão exactamente nesse sentido.

Os aumentos de 4,1 por cento do salário mínimo nacional para os trabalhadores por conta de outrem e de 6,1 para os serviços domésticos, muito acima da inflação esperada para o corrente ano, são apenas mais um exemplo da sensibilidade social do Governo socialista. Com estes aumentos o Governo «visa responder à necessidade de revalorizar as remunerações mínimas dos trabalhadores de mais baixos rendimentos, de forma a que possam beneficiar dos bons níveis atingidos pelo crescimento da economia», conforme afirmou o ministro Ferro Rodrigues no final da reunião.



MARGARIDA MARQUES É A NOVA LÍDER DA JS

«Compete à JS dar voz e corpo às esperanças dos jovens e explicitar a forma como se ligam as lutas nas diferentes áreas de intervenção que têm a ver com o quotidiano dos jovens e com a construção do socialismo», afirmava a lista encabeçada pela camarada Margarida Marques, no seu documento de estratégia, e que era a vencedora do IV Congresso da JS realizado em Vila do Conde, derrotando uma outra lista situada mais à direita e que tinha como líder o camarada Luís Patrão.

O IV Congresso da JS era, naturalmente, assunto em destaque na edição de 15 de Janeiro do «Acção Socialista», que dava conta da grande vitória da lista liderada pela camarada Margarida Marques, uma jovem então com 26 anos, licenciada em Matemática e fundadora da JS, de cujo primeiro Secretariado fez parte.

«Pela primeira vez, uma mulher lidera em Portugal uma organização política», lia-se no órgão oficial do PS.

Um outro destaque era dado ao manifesto da «Esquerda Laboral», documento elaborado e subscrito por 15 militantes e dirigentes do PS, na perspectiva do próximo Congresso do partido.

A «Esquerda Laboral», uma tendência liderada pelo camarada Marcelo Curto, viria ao longo dos anos a assumir posições de grande fidelidade aos princípios e va-

lores socialistas, nomeadamente na área laboral, posicionando-se como a ala esquerda do soarismo. J. C. C. B.

15 de Janeiro

Quem disse?

«Que melhor ideal pode ter um jovem de que lutar pela transformação, em profundidade, da nossa sociedade numa sociedade livre, justa, de cultura e socialista?»

Mário Soares



Sinistralidade Menos acidentes e menos mortos em 1998

O número de acidentes rodoviários diminuiu, no ano passado, 8 por cento em relação a 1997, tendo-se reduzido em 4,6 por cento o número de mortos, de acordo com dados revelados, no dia 7, pelo Ministério da Administração Interna.

Enquanto em 1998 se registaram nas estradas portuguesas 45 442 acidentes, dos quais resultaram 1 850 mortos, no ano anterior tinham ocorrido mais 3 975 acidentes, que causaram 1 939 mortes.

Também os feridos graves foram menos no ano passado que em 1997, 8 156 contra 9 335, tal como os feridos ligeiros: em 1998 registaram-se 53 812, enquanto em 1997 tinham sido mais 3 369.

Os meses de Julho, Agosto e Setembro foram nos dois anos analisados aqueles em que se produziram mais acidentes - 13 964 no ano passado e 13 782 em 1997 -, de que resultaram mais mortos (537 em 1997 e 511 em 1998) e feridos.

No entanto, com excepção daqueles meses, o ano ficou marcado por um acentuado decréscimo no número de acidentes e mortes desde o segundo trimestre do ano passado, altura que coincidiu com a aplicação do novo código da estrada, o qual é mais penalizador que o anterior.



Nos primeiros três meses do ano passado registaram-se 11 837 acidentes de viação (menos 871 que em 1997), provocando 455 mortos (mais 32 que no ano anterior), 1 985 feridos graves (menos 385 que em 1997) e 13 631 ligeiros (mais 1 395).

Entre Abril e Junho o número de acidentes foi de 11 785 (menos 90 que em 1997) - com 437 mortos contra 478 um ano antes - e no último trimestre do ano as estatísticas apontam apenas para 7 856 acidentes (o número mais baixo do ano), contra 12 794 no ano anterior.

Os mortos registados entre Outubro e Dezembro de 1998 foram 447, contra 501 um ano antes, ao passo que os feridos graves cifraram-se em 8 156, menos 1 179 que em igual período do ano anterior.

Seixas da Costa em Washington

O secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa, está desde ontem nos EUA, numa visita oficial de três dias, em que abordará com as autoridades norte-americanas o actual momento do processo de construção europeia e respectivo contributo português.

O actual momento do processo de construção europeia, a presidência por-

tuguesa da UE, as relações transatlânticas e o novo ciclo da Organização Mundial de Comércio dominam os trabalhos da visita a Washington de Seixas da Costa.

O programa desta visita inclui encontros com várias personalidades do Departamento de Estado e do Departamento de Comércio dos EUA.

Obras do Coliseu do Porto Estado comparticipa com 350 mil contos

As obras de recuperação do Coliseu do Porto necessitam de outro tipo de trabalhos que não estavam inicialmente previstos, o que dá origem ao aumento dos custos de recuperação do empreendimento, que devem atingir cerca de 600 mil contos.

Neste sentido, e tendo por despacho, o Ministério do Equipamento, do Planeamen-

to e da Administração do Território já classificado o Coliseu do Porto como equipamento de hierarquia superior, a comparticipação do Estado é fixada em 350 mil contos.

A comparticipação é dada através do Programa de Equipamento Urbano do PIDDAC da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Ministério da Educação Apoiar o acesso de jovens ao Fantasporto

No âmbito da política que tem vindo a incrementar de divulgação do cinema junto das escolas, o Ministério da Educação vai apoiar o acesso de jovens de escolas do Grande Porto a sessões do Fantasporto, que decorre na Cidade Invicta de 26 de Fevereiro

ro a 6 de Março. Nesta edição do Fantasporto, o certame que é já um dos «ex libris» da cidade do Porto, as sessões destinadas a públicos escolares, com entradas ao preço simbólico de cem escudos, realizam-se no Auditório Carlos Alberto.

CONSELHO DE MINISTROS

Salário mínimo sobre entre 4 e 5,17 por cento

GOVERNO PREPARA PORTUGAL PARA OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI

O Conselho de Ministros esteve reunido dois dias, sexta-feira e sábado, no Forte de São Julião da Barra, em Oeiras. Uma reunião em que foram anunciados pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, os novos aumentos do salário mínimo nacional, bem superiores à inflação esperada para 1999. O salário mínimo para os trabalhadores por conta de outrem passou para 61 300 escudos, mais 4,1 por cento, enquanto o vencimento mínimo para os serviços domésticos fixou-se em 56 900 escudos, mais 5,17 por cento. Mas o Conselho de Ministros foi também destinado à reflexão dos membros do Governo sobre os principais desafios que se colocam ao País nos primeiros anos do próximo século. As conclusões do Conselho de Ministros serão apresentadas amanhã.

Apresentando os novos valores do salário mínimo para o corrente ano, Ferro Rodrigues sublinhou que se trata de aumentos superiores aos de anos anteriores, sobretudo, considerando a inflação prevista para 1999. Com estas decisões, acrescentou o ministro, o Governo «visa responder à necessidade de revalorizar as remunerações mínimas dos trabalhadores por conta de outrem de mais baixos rendimentos, de forma a que possam beneficiar dos bons níveis atingidos pelo crescimento da economia, tendo, no entanto, em conta, a preocupação com a manutenção de condições favoráveis ao investimento e competitividade para as empresas».

Como salientou o titular da pasta do Trabalho e da Segurança Social, «apesar de abranger uma parcela relativamente reduzida dos trabalhadores por conta de outrem, o salário mínimo continua a representar um papel de relevo, quer na garantia de um valor mínimo para os rendimentos salariais dos seus destinatários, quer no seu papel de referencial na evolução dos salários e de diversas prestações sociais».

Ainda justificando os critérios que levaram o Executivo socialista a fixar aqueles dois valores no que concerne ao salário mínimo, Ferro Rodrigues observou que a sua actualização para 1999 «insere-se na linha de defesa da importância económica e social deste instrumento que o Governo tem levado a cabo nos últimos anos». Por outro lado, adiantou, «vem reforçar a política de crescimento real deste referencial, que assim beneficia da continuação das expectativas de evolução favorável da economia nacional».

Presidência europeia e euro

A finalizar, e dando uma ideia do objectivo



governamental de equilibrar apoios sociais e preservar a expansão económica, o membro do Governo frisou que «o reforço da competitividade é condição essencial para enfrentar com sucesso as exigências colocadas à economia nacional pela nova realidade constituída pela União Económica e Monetária e pelos desafios da globalização». Mas, a esta vertente da acção do Executivo, Ferro Rodrigues acrescentou outra: «O reforço da competitividade da economia é igualmente compatível com uma realista mas segura progressão do rendimento dos trabalhadores de mais baixos salários, na óptica da melhoria sustentada da coesão nacional.»

O Conselho de Ministros aprovou igualmente a proposta de lei que regulamenta a dispensa de horários de trabalho com adaptabilidade dos trabalhadores menores, dos portadores de deficiência e das trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactentes e que simplifica alguns procedimentos na organização do tempo de trabalho, designadamente os que envolvem actos de relacionamento entre os empregadores e a Inspeção-Geral do Trabalho. Ou seja, este diploma vem regular o direito à dispensa dos horários com adaptabilidade, em determinadas condições, para os trabalhadores menores, os portadores de deficiência e as trabalhadoras grávidas.

Já as conclusões da parte do Conselho de Ministros dedicado à reflexão sobre os principais desafios para Portugal nos primeiros anos do próximo século foram apresentadas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros. Como salientou o responsável máximo da diplomacia nacional, apesar de 1999 ser o ano de arranque para o euro e de o Governo estar a preparar já cuidadosamente a presidência portuguesa da União Europeia, no primeiro semestre de 2000, o Executivo socialista não se quer limitar a «viver com os resultados já alcançados» ou com os objectivos de curto prazo.

Portugal no centro do mundo

De acordo com a convicção do Conselho de Ministros, face aos resultados já alcançados nos últimos anos, Portugal está no bom caminho, com a inflação, o desemprego, as taxas de juro e a dívida pública a apresentarem descidas sustentadas. No caso da queda das taxas de juro, a política do Governo já permitiu a muitos portugueses adquirir casa própria e automóveis mais modernos — isto, entre outras melhorias registadas no nível de vida da generalidade dos cidadãos. No entanto, consequência de atrasos estruturais de décadas, a equipa de António

Guterres não esconde que ainda subsistem no País vários «estrangulamentos». Daí, explicou Jaime Gama, a «importância de se definir um Programa Nacional de Desenvolvimento Económico e Social», cuja aplicação se estenderá «para além do ano 2000». Nos próximos anos, um dos alvos principais da acção do Governo deverá assentar no reforço das políticas de solidariedade, formação profissional e educação, sem as quais não haverá modernização.

Como segundo alvo prioritário, o ministro dos Negócios Estrangeiros identificou a melhoria das condições de estabilidade e de tranquilidade, principalmente ao nível da segurança pública.

Face a estes objectivos programáticos, Portugal, segundo Jaime Gama, pretende tornar-se nas «mais moderna frente atlântica da Europa», ligando este continente à América do Norte, à América Latina e à África. Para tal, acrescentou, será necessário levar a cabo uma estratégia de investimentos em novas infraestruturas nas áreas dos transportes e comunicações.

Por outro lado, apesar do enorme investimento público dos últimos anos, o Executivo diz ter consciência da necessidade de empenhar ainda mais recursos públicos em áreas sectoriais, casos da Saúde e da Justiça, melhorando a qualidade dos seus serviços.

TRATADO DE AMSTERDÃO REPRESENTA UM PASSO NO SENTIDO CERTO

A Assembleia da República ratificou na semana passada o Tratado de Amesterdão, com os votos favoráveis do PS, do PSD e dos deputados do PP (seis em 15) mais sintonizados com a direcção oficial do partido de Paulo Portas. O debate foi encerrado pelo primeiro-ministro. «Não sendo seguramente a salvação da Europa, o Tratado de Amesterdão é um passo no caminho certo da construção da Europa», afirmou o chefe do Governo. Também o ministro dos Negócios Estrangeiros foi claro em considerar que o tratado representa um compromisso bom para Portugal e uma boa base para novos desenvolvimentos no processo de integração europeia.

Discursando na Assembleia da República, António Guterres deixou bem claro que o Governo português se insere nos que defendem uma construção europeia assente na transparência, face a todos aqueles que no seu âmbito apenas pretendem reforçar o seu poder. Estas, segundo o primeiro-ministro, são as duas principais linhas em confronto entre os «Quinze» Estados-membros da União Europeia. Durante o debate parlamentar, o chefe do Governo reiterou a defesa da construção de uma União Política com forte dimensão social contra o entendimento dos que pretendiam reduzir a Europa a uma mera zona de comércio livre. afirmou, ainda, que a Europa «exige estratégia, liderança e visão», considerando, igualmente, que a maior fragilidade da União tem a ver com as políticas externa e de defesa. «A Europa não é capaz sequer de garantir a sua segurança», observou, antes de apontar outras vertentes que merecem ser tratadas como prioridades, como os problemas do emprego e da segurança.

Respondendo a algumas queixas formuladas por partidos da oposição, António Guterres acentuou que «não vale a pena cada um de nós tentar reescrever a história da nossa integração europeia». E lembrou que, durante o debate, ouviu (de um deputado da oposição) um circunstanciado relato do processo de integração europeia «omitindo totalmente a figura de Mário Soares».

Compromisso positivo em Amesterdão

Na abertura do debate, o ministro dos Negócios Estrangeiros afirmou que o Tratado de Amesterdão «representa um bom compromisso para Portugal e uma boa base para novos desenvolvimentos do processo de integração europeia que, com a entrada em vigor da moeda única, inicia uma



fase decisiva da sua evolução». Já quanto ao processo de aprovação da revisão do Tratado da União Europeia, Jaime Gama não hesitou em considerar que, «de algum modo, todo o país esteve implicado neste processo negocial, através de um quadro de diálogo constante e alargado, que muito útil e enriquecedor se revelou para todos quantos estiveram mais directamente associados a estas negociações». No que se ao conteúdo do acordo alcançado em Amesterdão, o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros lembrou que, «num exercício que muitos qualificaram como a quadratura do círculo, o tratado procura tornar a União mais apta a responder de forma concreta às preocupações dos cidadãos e consolidar a natureza da construção europeia, preservando e desenvolvendo as suas características de democracia, respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, eficácia, solidariedade, coesão, transparência e subsidiariedade».

«Atentos os condicionalismos que marcam o período em que decorreram os trabalhos da última conferência intergovernamental — o quadro global de rigor financeiro requerido pela passagem à terceira fase da União Económica e Monetária, os preocupantes níveis de desemprego registados na União, a perspectiva de

futura inclusão de um vasto conjunto de novos Estados-membros, o quadro de profundas mutações em curso na cena internacional — é forçoso reconhecer que, apesar das críticas que lhe possam ser feitas, o Tratado de Amesterdão potencia indiscutivelmente um salto qualitativo do processo europeu, abrindo novas possibilidades de responder de uma forma pragmática às necessidades que se fizeram sentir um pouco por todo o continente desde o início da presente década», esclareceu Jaime Gama.

Regiões ultraperiféricas mais apoiadas

Entre as áreas mais importantes que constam no Tratado da União Europeia, o membro do Governo destacou os capítulos do emprego, da liberdade, segurança e justiça, da política externa, a componente institucional, a possibilidade de haver cooperações reforçadas e a consagração do estatuto das regiões ultraperiféricas. Neste último domínio, Jaime Gama recordou que se trata de «uma inovação de inquestionável importância e alcance para o nosso país, que se ficou a dever ao esforço concertado das delegações portuguesa, espanhola e francesa, num processo não isento de dificuldades e em que

Portugal teve um papel determinante».

Com a existência deste preceito, acrescentou o ministro, o tratado «viabiliza e reforça a continuação dos esforços que vêm sendo desenvolvidos desde há anos em pro do desenvolvimento das regiões autónomas da Madeira e dos Açores e suas populações, confrontadas com dificuldades acrescidas que para elas resultam do seu afastamento, insularidade, reduzidas dimensões e dependência económica em relação a determinados produtos».

Finalmente, no capítulo do emprego, Jaime Gama lembrou que a preocupação com a necessidade de um reforço do tratamento comunitário deste tema foi «claramente expressa» pelo primeiro-ministro português no Conselho Europeu de Madrid de Dezembro de 1995. A perspectiva de António Guterres acabou depois por ter acolhimento no novo tratado.

«A posterior realização do Conselho Europeu extraordinário do Luxemburgo, de Outubro de 1997, exclusivamente dedicado ao emprego e as medidas dele decorrentes, acabou por confirmar a importância deste tema no quadro das grandes prioridades da União Europeia, a que Portugal, com sentido de responsabilidade, sempre deu ênfase na sua acção governativa», observou o ministro dos Negócios Estrangeiros.

DIREITOS DE AUTOR E CONEXOS NAS BASES DE DADOS

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 8, no Forte de São Julião da Barra, uma proposta de lei que autoriza o Governo a legislar em matéria de direitos de autor e direitos conexos para efeitos de transposição para a ordem jurídica interna da directiva comunitária relativa à protecção jurídica das bases de dados.

Ao contrário da experiência de alguns dos Estados-membros da União Europeia, que ao efectuarem a transposição desta directiva para as suas legislações internas integraram directamente o conteúdo desta no corpo dos seus Códigos de Direito de Autor, o projecto português (decreto-lei a aprovar depois de concedida a autorização legislativa solicitada à Assembleia da República) realiza a transposição mediante um diploma autónomo.

Esta opção de técnica legislativa assenta no precedente criado com a transposição anterior de uma directiva comunitária (relativa à protecção jurídica dos programas de computador) em que o legislador optou por não integrar tal matéria no corpo do nosso Código do Direito de Autor, por se considerar que a protecção dos programas de computador não é inteiramente reconduzível ao regime jurídico previsto para as obras literárias, artísticas e científicas.

Esta argumentação aplica-se também, e talvez por maioria de razão, à protecção ju-

ridica das bases de dados.

Neste contexto, o diploma traça as linhas fundamentais a que deverá obedecer a legislação sobre esta matéria, destacando-se:

- Uma definição clara do conceito de «bases de dados»;
- Os limites da protecção, que abrange apenas as bases de dados que se revistam de criatividade e que não é extensiva aos programas de computador utilizados no fabrico ou no funcionamento de bases de dados acessíveis por meios electrónicos;
- A aplicação às bases de dados das regras gerais sobre autoria e titularidade vigentes para o direito de autor;
- A concessão ao titular de uma base de dados do direito exclusivo de efectuar ou autorizar a reprodução, permanente ou transitória, por qualquer processo ou forma, de toda ou parte da base de dados, a sua transformação, o direito de pôr em circulação o original ou cópias da base de dados e qualquer comunicação pública desta;
- O reconhecimento, ao titular originário da base de dados, dos direitos morais sobre esta, designadamente o direito à menção do nome na base e o direito a reivindicar a autoria desta;
- O reconhecimento, ao utente legítimo, do direito de, sem autorização do titular do programa, praticar actos de reprodução, pôr em circulação, transformação e comunicação

pública que se mostrem necessários para aceder ao conteúdo da base de dados e para a utilizar na medida do seu direito;

- O estabelecimento da utilização livre da base de dados protegida para efeitos de reprodução para fins privados, didácticos ou científicos, desde que se indique a fonte;
- O estabelecimento da protecção da base de dados criativa, sob tutela penal, contra a reprodução ilícita com fins comerciais, praticada designadamente por quem, não estando para tanto autorizado, reproduzir, divulgar ou comunicar ao público uma base de dados protegida, sendo punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa;
- Instituição de um direito a favor do fabricante de uma base de dados, mesmo as não protegidas pelo direito de autor, o qual goza do direito de autorizar ou proibir a extracção e/ou reutilização da totalidade ou de uma parte substancial do conteúdo da base de dados, quando esta represente um in-

vestimento substancial, do ponto de vista qualitativo ou quantitativo;

- O estabelecimento de que o prazo de protecção do direito a favor dos fabricantes produz efeitos a partir da conclusão do fabrico da base de dados e caduca decorridos quinze anos a contar de 1 de Janeiro do ano seguinte;
- O estabelecimento da previsão de procedimentos cautelares visando a apreensão de cópias ilícitas de bases de dados, bem como dos dispositivos existentes no comércio que tenham por finalidade exclusiva facilitar a supressão não autorizada ou a neutralização de qualquer salvaguarda técnica eventualmente colocada para proteger uma base de dados, sendo o destino dos objectos apreendidos fixado na sentença judicial;
- O estabelecimento de que a futura aplicação do diploma autorizado não prejudica os contratos concluídos nem os direitos adquiridos anteriores à sua entrada em vigor.

DISPENSA DE HORÁRIOS COM ADAPTABILIDADE

O Executivo socialista deu luz verde, na passada sexta-feira, no Forte de São Julião da Barra, a uma proposta de lei que regulamenta a dispensa de horários de trabalho com adaptabilidade dos trabalhadores menores, dos portadores de deficiência e das trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactentes. Este regime simplifica alguns procedimentos na organização do tempo de trabalho, designadamente os que envolvem actos de relacionamento entre os empregadores e a Inspecção-Geral do Trabalho.

O diploma vem introduzir parâmetros de protecção a trabalhadores que, encontrando-se em situação particularmente vulnerável, poderiam vir a ser gravemente prejudicados pela sua inclusão em esquemas de horários de trabalho com adaptabilidade.

A proposta de lei aprovada em Conselho de Ministros procede ainda a algumas alterações procedimentais ao mesmo decreto-lei, com vista a descomplexificar as relações entre as entidades patronais e a Inspecção-Geral do Trabalho.

Os regimes de adaptabilidade dos horários de trabalho permitem que os períodos normais de trabalho diário e semanal sejam periodicamente aumentados, dentro de certos limites e mediante compensação, através de reduções equivalentes durante o período de referência, de modo a respeitar, em termos médios, o período normal de trabalho semanal.

Este diploma vem agora regular o direito à dispensa dos horários com adaptabilidade, em determinadas condições, para os trabalhadores menores, os trabalhadores porta-

dores de deficiência e as trabalhadoras grávidas.

As trabalhadoras que voluntariamente gozem apenas parte da licença por maternidade e prestem trabalho ainda durante o período do puerpério devem beneficiar da mesma protecção, o mesmo sucedendo com as trabalhadoras lactentes, na medida em que o prolongamento dos períodos de trabalho diário pode afectar seriamente a amamentação.

A dispensa em causa fica dependente de certificação médica atestando que a prática de horários com adaptabilidade pode prejudicar a saúde ou a segurança no trabalho.

No que respeita aos esquemas procedimentais, o diploma introduz três alterações ao decreto-lei 409/71:

1. Propõe a adopção do deferimento tácito do pedido de redução ou dispensa do intervalo de descanso desde que acompanhado de declaração escrita de concordância do trabalhador interessado, bem como do requerimento de isenção de horário de trabalho;
2. Propõe a redução para uma semana da antecedência mínima com que devem ser elaboradas as alterações da organização dos tempos de trabalho, salvo tratando-se de horários com adaptabilidade em que se deve manter o prazo de duas semanas; e
3. No tocante à antecedência com que a entidade patronal deve remeter a cópia do mapa de horário de trabalho à Inspecção-Geral do Trabalho, estipula um prazo de 48 horas e admite a dispensa do seu envio se a duração da alteração do horário não exceder uma semana.

SALÁRIO MÍNIMO PASSA A 61 300 ESCUDOS

O Governo decidiu, no dia 8, no Forte de São Julião da Barra, actualizar os valores do salário mínimo nacional.

O decreto-lei aprovado na reunião extraordinária do Conselho de Ministros eleva os valores do salário mínimo nacional para 61 300 escudos e 56 900 escudos, respectivamente, para os trabalhadores por conta de outrem e os prestadores de serviços domésticos não fornecidos por empresas que desse fornecimento façam actividade social. Estes aumentos correspondem a uma subida de 4,07 por cento e 5,17 por cento, respectivamente.

Trata-se de uma variação positiva superior à verificada em anos anteriores, considerando a inflação prevista para 1999, que visa responder à necessidade de revalorizar as remunerações mínimas dos trabalhadores por conta de outrem de mais baixos rendimentos de forma a que possam beneficiar dos bons níveis atingidos pelo crescimento da economia, tendo, porém, em conta a precariedade com a manutenção de condições favoráveis ao investimento e competitividade para as empresas.

Apesar de abranger uma parcela relativa-

mente reduzida dos trabalhadores por conta de outrem, o salário mínimo continua a representar um papel de relevo, quer na garantia de um valor mínimo para os rendimentos salariais dos seus destinatários, quer no seu papel de referencial na evolução dos salários e de diversas prestações sociais.

A actualização do salário mínimo nacional para 1999 insere-se na linha de defesa da importância económica e social deste instrumento que o Governo socialista tem levado a cabo nos últimos anos e vem continuar e reforçar a política de crescimento real deste referencial que assim beneficia da continuação das expectativas de evolução favorável da economia portuguesa.

O reforço da competitividade é condição essencial para enfrentar com sucesso as exigências colocadas à economia nacional pela nova realidade constituída pela União Económica e Monetária e pelos desafios da globalização. Todavia, este reforço é igualmente compatível com uma realista mas segura progressão do rendimento dos trabalhadores de mais baixos salários, na óptica da melhoria sustentada da coesão social.

O NOVO HORIZONTE DA INVESTIGAÇÃO

O Governo socialista deu carta branca, na reunião do Conselho de Ministros realizada no passado dia 30 de Dezembro, em Lisboa, ao novo estatuto do bolsheiro de investigação científica.

Este diploma aprova o quadro normativo relativo ao bolsheiro de investigação científica, definindo a quem pode ser concedido tal estatuto, o processo da sua concessão e os requisitos do respectivo cancelamento; elenca os direitos e deveres dos beneficiários, bem como aqueles que recaem sobre as respectivas instituições de acolhimento; regula a forma de exercício de funções por parte dos bolsheiros e, finalmente, cria o cargo do auditor do bolsheiro de investigação.

De salientar, em relação ao anterior estatuto, o reforço dos direitos atribuídos aos bolsheiros de investigação. Assim, destaca-se a sua posição perante a segurança social. Todos os bolsheiros abrangidos pelo presente estatuto passam a ter direito à assunção, pelas entidades financiadoras, dos encargos resultantes das contribuições que incidem sobre o primeiro dos escalões previstos para o seguro social voluntário. Alarga-se, além disso, o quadro de eventualidades cobertas pelo regime geral do seguro social voluntário.

No elenco dos direitos de que os bolsheiros



de investigação passam a gozar, importa igualmente referir a possibilidade de suspensão das actividades financiadas pela bolsa por motivos de maternidade, paternidade, adopção, assistência a menores doentes, a deficientes, a filhos e à família nas condições e pelos períodos estabelecidos na lei geral aplicável aos trabalhadores da Administração Pública, e a possibilidade de suspensão da bolsa por doença do próprio bolsheiro. Aos bolsheiros titulares de vínculo jurídico-laboral de direito público é ainda atribuído o direito à contagem do tempo durante o qual beneficiam do estatuto de bolsheiro para todos os efeitos legais, como tempo

efectivo na categoria que detêm.

No que respeita ao regime do exercício de funções vem estabelecer-se o princípio da dedicação exclusiva às actividades que integram o plano de trabalhos do bolsheiro, admitindo-se apenas que estes possam exercer actividades não compreendidas no seu plano de trabalhos, nos termos regulamentados para o regime de dedicação exclusiva na carreira de investigação científica.

Estatutos da carreira de investigação

Na mesma reunião de Conselho de Ministros foi aprovado um diploma que estabelece o Estatuto da Carreira de Investigação Científica.

Este decreto-lei procede à aprovação do Estatuto, fixando o regime do pessoal investigador, na prossecução do propósito de aproximação do Estatuto da Carreira de Investigação Científica ao Estatuto da Carreira Docente Universitária, e consagrando um conjunto de regras específicas que determinaram a elaboração de uma disciplina própria.

Assim, as categorias de estagiário de investigação e de assistente de investigação passam a ter natureza excepcional, uma vez que o grau de exigência da carreira de investigação impõe que o ingresso se faça ao nível da mais alta qualificação académica, o doutoramento.

Institui-se a figura do investigador convidado como instrumento privilegiado de constituição de equipas pluridisciplinares e internacionais de investigação.

Por outro lado, eleva-se o Conselho Científico, tornado o órgão por excelência de debate e de coordenação das actividades científicas de cada instituição de investigação, à categoria de órgão charneira de toda a estrutura de Investigação e Desenvolvimento Científico e Tecnológico, eliminando-se o CRAF (Conselho Responsável pelas Actividades de Formação).

Com o novo Estatuto, institui-se, igualmente, o título de «Habilitado para o Exercício de Funções de Coordenação Científica», a conceder pelas instituições públicas de investigação mediante provas públicas que se destinam a averiguar o mérito da obra científica e a capacidade de coordenar programas de investigação científica e de formação pós-graduada.

Outra novidade trazida pelo diploma aprovado pelo Governo consiste na possibilidade facultada ao pessoal investigador de optar, a todo o tempo, pelo exercício de funções em regime de dedicação exclusiva ou de tempo integral.

A regulamentação de aspectos da propriedade industrial é outra das medidas previstas, visando a potenciação das invenções e o registo de patentes.

O quadro normativo...

Por fim, e ainda no âmbito do conjunto de

diplomas relativos à pesquisa científica e tecnológica aprovados pelo Executivo, o Conselho de Ministros aprovou um decreto-lei que estabelece o quadro normativo aplicável às instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento tecnológico.

Este diploma vem fornecer um quadro coerente e sistemático do regime aplicável a estas instituições, distinguindo os diferentes tipos de instituições que operam no sector e fazendo-lhes corresponder um conjunto de direitos e obrigações.

Em termos concretos, o diploma introduz medidas inovadoras e consagra princípios orientadores.

Assim, o diploma identifica as espécies de instituições de investigação, dividindo-as entre laboratórios do Estado, outras instituições públicas de investigação e instituições particulares de investigação que não assumam a forma de laboratório do Estado, à prossecução de determinados objectivos da política científica e tecnológica nacional.

No decreto-lei aprovado consagra-se também o princípio da liberdade de investigação, a que se associa a correspondente responsabilidade e um conjunto de princípios organizativos a que se submetem as instituições de investigação e desenvolvimento: acompanhamento e avaliação científica, técnica e financeira regular e independente; difusão da cultura científica e tecnológica; mobilidade dos recursos humanos; flexibilidade da gestão financeira e patrimonial; optimização dos recursos disponíveis; formação dos recursos humanos; planeamento por objectivos no âmbito de programas e projectos; cooperação inter-institucional.

O novo quadro normativo estabelece ainda a obrigatoriedade de os laboratórios do Estado se dotarem de uma direcção, de um conselho científico, de uma unidade de acompanhamento, de uma comissão de fiscalização, de uma comissão paritária e de um conselho de orientação, obrigação tornada extensiva, quanto aos quatro primeiros órgãos para os laboratórios associados e quanto aos três primeiros órgãos para as restantes instituições públicas de investigação.

As instituições particulares de investigação integradas em programas de financiamento público de duração prolongada, deverão dotar-se de um conselho científico e de uma unidade de acompanhamento, prevendo-se ainda a possibilidade de se subordinar a concessão de financiamento público a quaisquer instituições particulares à existência de qualquer dos órgãos referidos.

Por último, é consagrado o princípio da optimização do financiamento público concedido às instituições de investigação.

GESTÃO EM REDE

O Governo aprovou, no passado dia 8, no Forte de São Julião da Barra, a resolução que cria o Gabinete para o Desenvolvimento do Sistema de Formação de Saúde (GDF).

Este diploma vem criar, na dependência da ministra da Saúde, uma equipa de missão com a finalidade de garantir um programa bem consolidado de formação para gestão, que compreenda um tronco comum, desenvolvendo simultaneamente alinhamentos estratégicos, valores e referenciais de gestão partilhados, e desenvolvimentos específicos, de acordo com os principais cargos de direcção em que assenta o funcionamento do ministério.

Trata-se de uma medida fundamental para a implementação da estratégia definida para a Saúde, a qual pressupõe uma profunda reforma do sector e do ministério. Com efeito, a reforma da saúde tem desencadeado diferentes propostas de formação, visando diferentes áreas e destinatários, que carecem de ser articuladas, por forma a dar coerência à formação e possibilitar uma maior rentabilização dos investimentos envolvidos, evitando-se, no entanto, qualquer perda de iniciativa das diferentes áreas e agentes envolvidos. Privilegia-se, neste contexto, um processo de funcionamento em rede, capaz de

consubstanciar e concretizar um plano de formação de suporte à reforma da Saúde, que conte com contributos específicos e com iniciativas globais, de que é um exemplo a formação de dirigentes.

O GDF, que se extinguirá ao fim de três anos, tem como principais atribuições promover a concepção do Plano de Formação de suporte à estratégia definida para a Saúde, com particular prioridade para o Programa de Formação de Dirigentes, em articulação, nomeadamente, com os organismos centrais do ministério competentes na matéria e as Administrações Regionais de Saúde.

Garantir as acções conducentes à execução do Plano de Formação, recorrendo aos meios internos do ministério e à aquisição de serviços externos, em particular através de colaborações com as Universidades e outros estabelecimentos de ensino; será outra das competências fundamentais do GDF.

Por fim, o novo gabinete estará encarregue de avaliar, de forma sistemática, a formação realizada no âmbito do Plano e promover estudos, propondo medidas que visem a redefinição da arquitectura do sistema de formação permanente da Saúde, em articulação com os Ministérios do Trabalho e Solidariedade e da Educação.

PELO PAÍS

Governança Aberta

CULTURA – O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, esteve presente, no dia 7, no Palácio Nacional de Queluz, Sala dos Azulejos, por ocasião do anúncio da decisão do Comité de Seleção das obras a concurso para o Prémio Nacional de Arte Pública.

Em análise estiveram quatro projectos seleccionados para a edificação de uma escultura monumental da Rotunda de Queluz. Recorde-se que este concurso resultou de um protocolo de valorização de Arte Pública, assinado, no final de 1998, entre o Ministério da Cultura – através do Instituto de Arte Contemporânea (IAC) – e a Tabaqueira, SA, que contribui com uma verba de 25 mil contos/ano para o biénio 1999/2000, num total de 50 mil contos.

No âmbito deste acordo, as duas Câmaras Municipais contempladas são a de Sintra (1999) e a do Porto (2000).

DESPORTO – O secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, inaugurou, no dia 10, equipamentos desportivos do Clube Desportivo Os Águias de Alpiarça e do Clube Atlético e Cultural das Pontinha.



No mesmo dia foi estreado o piso sintético do campo de futebol do Atlético da Pontinha, no decorrer de um festival desportivo em que participaram equipas de futebol juvenil do clube anfitrião, do Benfica e do Sporting.

EQUIPAMENTO – O ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, presidiu, no dia 8, no Porto, à cerimónia de inauguração dos dois primeiros autocarros a gás natural.

INSERÇÃO SOCIAL – O secretário de Estado da Inserção Social, Rui Cunha, atribuiu, no dia 7, em Faro, cerca de 72 mil contos em subsídios destinados a apoiar diversas instituições algarvias, nomeadamente ao nível da aquisição de equipamentos e de viaturas.

De acordo com um comunicado divulgado pelo Governo Civil de Faro, os «subsídios oficiais de carácter pontual» aprovados contemplam 12 instituições de carácter social sediadas no Algarve, entre as quais núcleos locais da Cruz Vermelha Portuguesa, misericórdias, centros comunitários e associações de beneficência.

A Santa Casa da Misericórdia de Lagos, ao receber cerca de 18 mil contos, destinados à aquisição de equipamento para o funcionamento das diferentes valências, foi a instituição que maior apoio governamental recebeu, seguida da Fundação Irene Rolo, de Tavira, com 15 mil contos inteira-

mente canalizados para obras. Os restantes subsídios oscilam entre os 580 contos canalizados para a Associação Cultural e de Apoio Social de Olhão e os 11 mil contos entregues aos Amigos dos Pequeninos de Silves, destinados à aquisição de um autocarro para transporte de crianças.

JUSTIÇA – O ministro da Justiça, Vera Jardim, deu posse, no dia 8, em Lisboa, à encarregada da Missão do Núcleo de Cooperação do Programa de Informatização Judiciária, Marina Pereira.

Este organismo, que tem como função a coordenação da execução do Programa de Informatização Judiciária aprovado por resolução de Conselho de Ministros, tem um estatuto de equipa de missão e um mandato com a duração de três anos.

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – Portugal teve em 1997 a maior taxa de crescimento na ajuda pública ao desenvolvimento (APD) no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, disse, no dia 7, em Lisboa, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama.



«A APD portuguesa representava 0,27 por cento do PIB em 1997 e está actualmente três centésimas acima da média de 0,22 da OCDE». A afirmação foi proferida por Jaime Gama, na sessão de abertura do seminário Política de Cooperação para o Desenvolvimento.

Segundo Gama, esse aumento significativo na APD ocorreu paralelamente «a um poderosíssimo crescimento no relacionamento económico com os PALOP e Brasil, sem paralelo na história».

Nesse sentido, indicou que nos últimos dois anos a média dos fluxos anuais passou de 50 milhões de contos para os 150 milhões de contos, quer no âmbito da APD quer nos fundos de investimento de apoio aos privados.

«1997 foi um ano de forte incremento da APD, pois houve um aumento que é prenunciador das reformas que estão a ser feitas. 1998, com o Programa Integrado da Cooperação (PIC) e com o Orçamento Integrado da Cooperação (OIC), é um ano de viragem política», disse o governante.

PESCAS – O secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, deslocou-se, no dia 8, à Gafanha da Nazaré, para visitar a Fábrica Pascoal & Filho, Lda. e o Barco Pascoal Atlântico.

Mais tarde José Apolinário reuniu-se, no Salão Nobre do Governo Civil de Aveiro, com representantes da associação de Armadores de Pesca Industrial.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 8 de Janeiro

O Conselho de Ministros, em reunião realizada no Forte de São Julião da Barra, aprovou um conjunto de diplomas de que se destacam:

- Um decreto-lei que actualiza os valores do salário mínimo nacional;
- Uma proposta de lei que regulamenta a dispensa de horários de trabalho com adaptabilidade dos trabalhadores menores, dos portadores de deficiência e das trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactentes e que simplifica alguns procedimentos na organização do tempo de trabalho, designadamente os que envolvem actos de relacionamento entre os empregadores e a Inspeção-Geral do Trabalho;
- Uma proposta de lei que autoriza o Governo a legislar em matéria de direitos de autor e direitos conexos;
- Uma resolução que designa os membros da comissão instaladora do município de Odivelas;
- Uma resolução que cria o Gabinete para o Desenvolvimento do Sistema de Formação de Saúde (GDF);
- Um decreto-lei que aprova o Estatuto das Agências de Desenvolvimento Regional;
- Um decreto-lei que altera o regime dos juros de mora das dívidas ao Estado e outras entidades públicas;
- Um decreto-lei que altera a Lei Orgânica do Serviço Nacional de Protecção Civil;
- Um decreto-lei que altera o decreto-lei n.º 163/96, de 5 de Setembro, que criou o Conselho Nacional da Família;
- Um decreto-lei que altera a Lei Orgânica da Inspeção-Geral da Educação;
- Um decreto-lei que altera o decreto-lei n.º 126/93, de 20 de Abril, que regula a utilização e comercialização de organismos geneticamente modificados;
- Um decreto-lei que autoriza a Imprensa Nacional-Casa da Moeda EP a cunhar uma moeda comemorativa de prata, alusiva ao 75º aniversário da Liga dos Combatentes com valor facial de mil escudos;
- Um decreto regulamentar que altera o decreto regulamentar n.º 4/93, de 22 de Fevereiro, que instituiu o funcionamento da comissão para a instrução dos pedidos de indemnização às vítimas de crimes violentos;
- Uma resolução que prorroga a nomeação do encarregado de missão junto do Ministro dos Negócios Estrangeiros para as questões da Expo'98;
- Um decreto-lei que altera os requisitos de vinculação aos quadros de zona pedagógica e estabelece o direito de acesso à profissionalização em serviço dos docentes integrados em quadros de zona pedagógica, introduzindo alterações de natureza instrumental no regime da profissionalização em serviço.



DEPUTADO MEDEIROS FERREIRA

Tratado de Amesterdão

RATIFICAÇÃO É ACTO DE CONFIANÇA NO PROJECTO DA UE



O deputado do PS Medeiros Ferreira disse no dia 6 que a aprovação pela Assembleia da República do Tratado de Amesterdão «é um acto de confiança no projecto da União Europeia», bem como nos seus Estados-membros, «a maioria dos quais dotados agora de governos saídos de partidos de esquerda».

«É, sobretudo, um acto de confiança em nós próprios portugueses», acrescentou. Medeiros Ferreira falava durante o debate no Parlamento sobre o Tratado de Amesterdão, que foi ratificado com os votos do PSD, do PS e dos portistas do PP e contra dos monteiistas do PP e como habitualmente do PCP que continua, alheio a todos os ventos de renovação, ortodoxamente anti-europeu.

Segundo sublinhou Medeiros Ferreira, «a aprovação de Tratados deste género é o momento solene em que a soberania do Estado e o regime democrático representativo e pluralista se conjugam para legitimar os resultados da renovação conduzida pelo Governo e apurados, neste caso, durante a Conferência Intergovernamental (CIG)».

Só assim, adiantou, «a construção europeia

será algo mais do que uma clássica questão internacional distante dos cidadãos e do seu dia-a-dia».

Para o deputado do PS, «o acompanhamento parlamentar da CIG foi um momento ímpar do nosso regime político e antecedeu o novo papel que está reservado aos parlamentos nacionais daqui por diante em matérias europeias».

A Assembleia da República, disse, «vé acrescidas as suas responsabilidades e competências em matéria da União Europeia quer pelos termos do Tratado de Amesterdão quer pelos termos da quarta revisão da Constituição ocorrida em 1997».

Medeiros Ferreira realçou a introdução de um novo título no Tratado de Amesterdão que institui a Comunidade Europeia sobre a política de emprego.

Lembrou, a propósito, que alguns dirigentes europeus, entre os quais António Guterres, face à questão da gravidade do flagelo do desemprego a nível europeu e das consequências no mercado de trabalho da adopção do euro, tinham chamado várias vezes a atenção para a «lacuna existente na política comunitária» a esse respeito.

Medeiros Ferreira congratulou-se ainda com a consagração no Tratado de uma atenção especial às regiões ultraperiféricas. **J. C. C. B.**

DEPUTADO CASIMIRO RAMOS

Desenvolvimento Regional

FAZER MAIS DO QUE PROMESSAS...

O deputado socialista Casimiro Ramos defendeu, no dia 6, no Parlamento, que os municípios do Oeste, com um produto interno bruto 17 por cento abaixo da média nacional, com uma população envelhecida e pouco qualificada, uma estrutura económica marcadamente rural e um tecido empresarial enfraquecido, têm ainda muitas carências, mas os números são a prova clara do esforço de recuperação que a administração socialista fez nos últimos.

«O Oeste de mar, vinhas e vinhedos e cesario disperso, esteve ao abandono durante o Governo PSD. Os autarcas desta região são testemunhas vivas das dificuldades passadas e são também eles que hoje, com o Governo PS, podem perspectivar para o futuro das suas populações a obtenção de níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida equivalentes à dos concelhos vizinhos», afirmou Casimiro Ramos.

Referindo-se ao Orçamento de Estado para 1999, aprovado no passado dia 10 de Dezembro, o parlamentar socialista sublinhou o facto de se tratar de um documento cuja incidência nas diversas áreas veio no encontro dos anseios dos portugueses e da expectativa criada sobre o que seria a acção de um Executivo PS.

«Eventualmente, será ainda cedo para tirar todas as conclusões, mas já é tempo de fazermos algumas reflexões», considerou Casimiro Ramos.

Segundo o deputado do GP/PS, «o Governo socialista recebeu, em 1995, um País com carências acentuadas em diversas regiões».

Por razões de origem e de vivências Casimiro Ramos fez referência particular à Região Oeste (composta pelos concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Lourinhã, Mafra, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras), garantindo que o Executivo PS aplicou «praticamente o dobro do investimento que o PSD aplicou» na década cavaquista.

«Foram anos difíceis para os autarcas desta região o tempo dos governos PSD», recordou Casimiro Ramos, frisando ainda que «no período de 1996/98 (em três anos), o Governo do PS processou participações em contratos-programa nas autarquias do Oeste no montante de 539 mil contos, para investimentos no total de 847 mil contos».

«No entanto, não se depreenda deste conjunto de argumentos que no período de 1992 a 1995, o PSD nada tenha feito. Fez sim senhor, fez promessas».

M.J.R.

DEPUTADO JOÃO RUI DE ALMEIDA

Ambiente/Saúde

ALUMÍNIO DA SUÍÇA E PIMENTA DE BRUXELAS



O deputado socialista João Rui de Almeida, eleito pelo círculo eleitoral de Coimbra, manifestou, no passado dia 6, na Assembleia da República, o seu protesto pelas atitudes irresponsáveis e demagógicas do partido laranja relativas ao tratamento de resíduos industriais perigosos.

«O PSD que, tendo deixado o País numa situação caótica em matéria de lixos industriais, aparece agora a organizar e mobilizar manifestações de rua, mascarando-se de ambientalista fervoroso e convicto. E como já não pode mandar vir escórias de alumínio da Suíça, mandou vir agora Pimenta de Bruxelas criticar a queima de resíduos industriais perigosos nas cimenteiras, esquecendo-se que ele tinha assinado em 1987 um despacho que homologava a utilização, também pelas cimenteiras, das cinzas produzidas pelas centrais térmicas de Sines e Abrantes», afirmou o parlamentar do PS denunciando assim o cair da máscara ambientalista laranja.

Segundo João Rui de Almeida, «a grave situação que se vive em Portugal com os resíduos tóxicos, e que foi protelada durante tantos anos, tinha que ser enfrentada e solucionada».

Por isso, tornava-se urgente traçar um plano de tratamento e eliminação dos nossos lixos industriais.

Apoiado no Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, o deputado do GP/PS citou: «O CNADS entende que a solução da co-incineração dos resíduos industriais perigosos cons-

titui – nas circunstâncias presentes e à luz do conhecimento tecnológico actual – uma solução viável para a resolução dos problemas a que o presente parecer se refere.»

João Rui de Almeida recordou, então, que foi tendo em conta estes dados que o Ministério do Ambiente se decidiu pela co-incineração dos resíduos, um processo de tratamento que seria efectuado pelo sector cimenteiro.

Perante um cenário como este o parlamentar do PS considerou «positivo que se assumia a responsabilidade que outros não tiveram de tentar uma solução para este grave problema». Porém, não deixou de manifestar a sua discordância pela escolha de Souselas como um dos dois locais de co-incineração, apontando quatro razões que justificam a sua postura:

«Souselas não produz lixos industriais perigosos, sendo por isso difícil de compreender e aceitar que venham para o concelho de Coimbra os resíduos provenientes de outras zonas que têm beneficiado do desenvolvimento industrial»; «Souselas fica localizada a cerca de três quilómetros de um importante centro hospitalar»; «Esta decisão colide com uma outra anterior do ministro João Cravinho que mandou elaborar um plano estratégico para o desenvolvimento económico da cidade de Coimbra e sua região envolvente, "Coimbra, Cidade da Saúde"; «Esta decisão foi tomada sem ter sido feita previamente nenhuma acção de informação e sensibilização dirigida às populações, o que permitiu que se instalasse um clima de suspeição e de descontentamento».

M.J.R.

AGENDA PARLAMENTAR

Quinta-feira, dia 14

A Assembleia da República reúne hoje para discutir a decisão da instalação das co-incineradoras de lixos tóxicos em Souselas (Coimbra) e Maceira (Leiria), num debate de urgência pedido pelo PSD.

Além deste debate de urgência de iniciativa laranja, o Parlamento analisará um projecto de lei do PCP sobre política de prevenção primária da toxicod dependência e um outro do PS referente ao ajustamento da área administrativa de Viseu.

Terça-feira, dia 20

Para a semana o PEV marcou a discussão e votação de um projecto de deliberação que exige a suspensão da ministra do Ambiente sobre as co-incineradoras.

No mesmo dia haverá uma discussão requerida pelo PCP sobre o encerramento de várias empresas estrangeiras em Portugal.

O PSD tinha pedido um debate idêntico que, com este agendamento, acaba por caducar.

Quarta-feira, dia 21

O hemiciclo de São Bento discutirá em plenário, a pedido do PSD através de agendamento potestativo, um tema que aguarda divulgação.

DEPUTADO ANTÓNIO GALAMBA

Financiamento dos partidos

TRANSPARÊNCIA, REALISMO E SERIEDADE



«O tempo do desconhecimento e do secretismo da vida interna dos partidos políticos é cada vez mais incompatível com as sociedades modernas em que a informação circula a ritmos alucinantes e está ao dispor de um universo crescente.» Com estas palavras o deputado socialista António Galamba definiu, no dia 7, na Assembleia da República, o desafio do futuro para a classe política nacional.

Galamba falava numa recente sessão plenária, na Assembleia da República, onde se debateu o financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.

«Reconhecido o papel estruturante dos partidos políticos na afirmação e aprofundamento da democracia, importa prosseguir o caminho de adaptação aos desafios de uma sociedade de informação, da videocracia, da democracia electrónica e de outros desafios que o século XXI colocará aos cidadãos e aos partidos políticos», defendeu António Galamba, para quem é evidente a necessidade de afastar toda e qualquer suspeição que exista em torno desta questão.

«As suspeições minam a democracia e fazem com que, aos olhos da opinião pública, cidadãos sérios e íntegros, que desempenham funções partidárias, sejam tomados como uma espécie de predestinados para a ilicitude», alertou.

O parlamentar do PS sublinhou também que «o Partido Socialista, fiel aos compromissos de aperfeiçoamento dos mecanismos participativos na vida política e ao aprofundamento da democracia, contribuiu, em 1998, para o reforço da transparência dos mecanismos de controlo das contas dos partidos políticos e da redução

dos limites das despesas de campanha para montantes compatíveis com o nível de desenvolvimento do País e com os problemas que ainda afectam os portugueses».

O deputado do GP/PS referia-se à lei 56/98 que, aplicada uma única vez desde a sua entrada em vigor, manteve o princípio do tratamento integrado do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais, mas também introduziu um conjunto de relevantes melhorias técnicas e políticas de reforço da transparência e do controlo de contas.

«Em coerência com as propostas defendidas no passado pelo Partido Socialista a proposta do Governo prevê o alargamento do conceito de crime de corrupção, reduz e congela as despesas de campanha eleitoral; contabiliza os donativos em espécie e os bens cedidos a título de empréstimo nos limites legais, obriga a utilização de meio bancário para donativos, depósito de receitas e pagamentos e determina a necessidade de documentar a angariação de fundos através da emissão de recibo autenticado e numerado pela entidade fiscalizadora», explicou.

Na opinião de António Galamba, estes são mais alguns passos no aperfeiçoamento da lei, com realismo e seriedade, deixando de lado o populismo.

«Em matéria de financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais, a confiança dos cidadãos só será resgatada se assumirmos uma atitude responsável, coerente e promotora da transparência», reiterou.

Ao terminar a sua intervenção o deputado do PS António Galamba deixou expressa a garantia de que «o Partido Socialista tudo fará para aprofundar a democracia e o sistema político, não estando disponível para embarcar no populismo e na demagogia». **M.J.R.**

CASO TORRALTA

PS denuncia

CONTRADIÇÕES NO RELATÓRIO DO INQUÉRITO

O deputado socialista Manuel dos Santos considerou, no passado dia 8, em Lisboa, que o relatório do inquérito parlamentar ao caso Torralta «traduz mais a opinião do relator do que o resultado de uma investigação objectiva».

Em declarações à Comunicação Social, prestadas na qualidade de deputado do Partido Socialista e não na de presidente da Comissão de Inquérito ao pretenso relacionamento do Governo do PS com alguns agentes económicos, Manuel dos Santos apontou «contradições óbvias» ao relatório de António Filipe (PCP).

«O relatório tem, em alguns casos, conclusões manifestamente excessivas», acentuou o deputado socialista, embora ressaltando tratar-se de «um excelente documento de trabalho, circunstanciado documentalmente».

As divergências surgem basicamente em duas conclusões tiradas por António Filipe, a primeira das quais apontando para que o Estado tenha sido «objectivamente prejudicado» na alienação por um milhão de contos dos créditos detidos sobre a Torralta pela Di-

recção-geral do Tesouro e pela Segurança Social, avaliados em 29, 5 milhões de contos.

«Haveria, neste caso particular, que investigar se era possível proceder à venda dos referidos créditos por um valor superior. Só nessa circunstância se poderia ter tirado a referida conclusão», explicou Manuel dos Santos.

O parlamentar do PS insurgiu-se também contra a conclusão de que a atribuição da concessão da zona de Jogo de Tróia à Imoarea, do grupo Sonae, «não tem paralelo com qualquer outra».

«Trata-se de uma conclusão completamente desmentida pelo ponto 15 do mesmo capítulo do relatório, que aponta exactamente em sentido contrário», acentuou Manuel dos Santos.

O deputado do PS considerou, aliás, que o raciocínio de António Filipe é, uma vez mais, desmontado pela última conclusão do relatório: «Todas as entidades ouvidas no âmbito do presente inquérito parlamentar consideraram fundamental o objectivo de viabilização e recuperação da Torralta.»

GP/PS

Co-incineração

PEDIDO DE AUDIÇÃO

O Grupo Parlamentar do PS (GP/PS) solicitou no passado dia 6 ao presidente da Comissão de Administração do Território, Poder Local, Equipamento Social e Ambiente da AR que agende para a próxima reunião a discussão de dois pedidos de audição: um à ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, e outro ao presidente da Comissão de Acompanhamento do Estudo do Impacto Ambiental

do Processo de Co-Incineração, Oliveira Fernandes.

O GP/PS solicitou igualmente que sejam feitas as diligências necessárias junto do Governo no sentido de, com toda a urgência, ser enviada a esta Comissão toda a documentação relativa às decisões que escolheriam as cimenteiras de Souselas e Maceira do Liz para se concretizar o processo de co-incineração.

DEPUTADO ACÁCIO BARREIROS

Co-incineração

UM PROCESSO TRANSPARENTE E SEGURO



«O fornecimento de água de qualidade apenas nos 46 por cento, as lixeiras a céu aberto, vários rios envenenados, a falta de vontade política para dar prioridade e concluir um acordo com Espanha em matéria de recursos hídricos.» Estes foram alguns aspectos da herança deixada pelo PSD em matéria ambiental, fruto da sua política «conservadora» e que o deputado socialista Acácio Barreiros fez questão de recordar no dia 6 de Janeiro na Assembleia da República.

Mas, para o deputado do PS, onde essa herança «assume um aspecto mais gritante foi a total incapacidade de tomar qualquer decisão face ao gravíssimo problema dos resíduos tóxicos».

Acácio Barreiros lembrou ainda que «Portu-

gal viveu muitos anos dominado por lógicas produtivistas, associadas a um miserabilismo que via as questões ambientais como um luxo de países ricos».

A uma lógica «conservadora de curto prazo, economicista», disse, o PS opôs um modelo que «coloca as questões ambientais e sociais na base do processo de desenvolvimento».

O PS, frisou, «ao chegar ao Governo fez não só uma ruptura conceptual, mas sobretudo uma ruptura prática na acção governativa». Salientou que os socialistas não podem ser «cúmplices do silêncio que tem abafado aquilo que todos sabem, ou seja, que a esmagadora maioria dos resíduos tóxicos são lançados furtivamente para as lixeiras, para os rios ou para qualquer esconderijo mais ou menos disfarçado, num prolongado crime ecológico de consequências desastro-

sas».

E é diante deste quadro «gravíssimo», referiu, que este Governo «não poderia mais tempo uma decisão».

Acácio Barreiros sublinhou que a decisão governamental pela co-incineração é sustentada por uma directiva da Comunidade Europeia que «expressamente a recomenda» e que essa directiva «limita-se a regulamentar o que já é prática corrente em muitos países europeus, entre os quais se encontram os mais exigentes em matéria ambiental».

Coragem política da ministra

«Será que alguém acredita que países com elevados padrões ambientais, como a Holanda, a Suíça ou a Bélgica, que estão a recorrer crescentemente à co-incineração, o fariam se tivessem sido verificados, ao longo

destes anos todos, qualquer risco ambiental?», perguntou.

No entanto, sublinhou que os socialistas ao apoiarem de forma clara a tomada de decisão do Governo, não são indiferentes às «preocupações e ansiedades» das populações das localidades escolhidas.

«Este é um processo transparente que não se esgota com a tomada de decisão», disse. Salientando que para os socialistas «o ambiente não é uma flor para trazer na lapela, é um direito essencial dos cidadãos», Acácio Barreiros sustentou que «o exercício desse direito exige uma atitude responsável que não pode contemporizar com qualquer espécie de modernismo».

Acácio Barreiros aproveitou ainda para saudar a decisão do Governo e, em particular, a «coragem política» e a «determinação» da ministra Elisa Ferreira. **J. C. CASTELO BRANCO**

DIREITOS HUMANOS

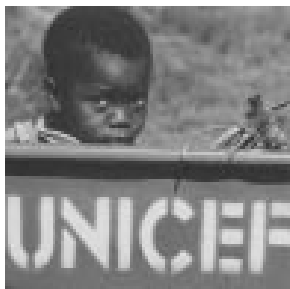
O PE aprovou recentemente dois relatórios sobre os Direitos Humanos, ambos de eurodeputados socialistas.

Um dos relatórios, de Barros Moura, aborda os Direitos do Homem no mundo em 1997, enquanto o outro, de Torres Couto, tem a ver com a consolidação da democracia e do Estado de Direito nos países em vias de desenvolvimento, em especial a situação em África.

Numa intervenção no plenário, Barros Moura recordou que o seu relatório é discutido num momento com particular significado, já que se celebram o 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e o 10º aniversário do Prémio Sakharov para a liberdade de pensamento.

Por sua vez, Torres Couto aproveitou o seu documento para defender um prémio para os países em vias de desenvolvimento que apliquem bem as ajudas provenientes da UE.

Esse prémio seria o reforço da cooperação e o perdão total da dívida externa. «Moçambique é um exemplo a reter, pro-



mover e premiar», sublinhou a propósito. Segundo Torres Couto, «a ajuda é útil quando vai parar às mãos dos que a sabem utilizar. Se, pelo contrário, vai parar às mãos dos muitos Mobutus e Mugabes deste mundo, então só os paraísos financeiros onde se produzem as grandes lavagens de dinheiro beneficiarão, bem como alguns dirigentes políticos e económicos ocidentais que os apoiam».

EURO DEVOLVE CONFIANÇA À EUROPA



O euro nasceu forte e a sua força enfraqueceu o dólar americano.

As bolsas abriram em alta e muitos países no mundo manifestaram a sua satisfação pelo nascimento de uma nova moeda capaz de fazer contraponto com o dólar, que deixa de estar sozinho na cena mundial. Embora talvez não seja perceptível a cada um dos europeus, o nascimento do euro no passado dia 1 de Janeiro é talvez a maior revolução política pacífica que o Velho Continente viveu neste século.

Se olharmos para a história monetária deste século, constatamos facilmente que o dólar, sem rival, se impôs de maneira soberana e condicionou as economias nacionais, fazendo subir ou descer os preços à medida das suas conveniências e estratégias planetárias, tantas vezes sem sequer se importar com as repercussões sociais desses movimentos.

É verdade que os onze países que inicialmente fazem parte do grupo fundador do euro vão perder as suas moedas, mas só por ignorância ou má fé se pode dizer que

seria melhor mantê-las, porque assim a capacidade de afirmação da Europa no mundo seria mais débil e a competitividade mais reduzida, além de deixar cada uma das economias nacionais extremamente expostas às crises internacionais. É de realçar todo o esforço que Portugal e o Governo socialista fizeram para integrar o primeiro grupo de países do euro, afastando velhos preconceitos sobre a nossa incapacidade crónica de ombrear com os países desenvolvidos da Europa do Norte. Bem pelo contrário, Portugal muito mais cedo que a Espanha e a Itália, para já não falar da Grécia, foi dado como certo na moeda única.

DROGA

1998

RELATÓRIO EM PORTUGUÊS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1999

O «Relatório Anual sobre a Evolução do Fenómeno das Drogas na União Europeia», apresentado recentemente em Viena, vai ser traduzido para português, devendo o documento estar concluído no primeiro semestre de 1999.

A garantia foi dada pelo coordenador nacional do Projecto Vida, Alexandre Rosa, convidado pelo Observatório Europeu das Drogas e da Toxicod dependência (OEDT) a estar presente na divulgação deste levantamento em Viena.

Por razões que se prendem com disponibilidades orçamentais do OEDT, o Relatório de 1998, o terceiro editado pela agência da UE sediada em Lisboa, só estará oficialmente disponível em língua inglesa, pelo que o Projecto Vida entendeu fazer a tradução do documento para português.

Apenas os sumários dos tópicos principais estão editados em todas as línguas da União, contudo, existe um acordo com o OEDT segundo o qual os países que o entendam podem fazer uma tradução do documento integral, contando para isso com «algum apoio» financeiro da agência.

Alexandre Rosa afirmou que Portugal vai agora iniciar a tradução e edição, que deverá demorar alguns meses, «pois não é um trabalho simples e fácil», devendo o documento estar pronto no primeiro semestre de 1999.

A opção de traduzir o relatório para português foi justificada pelo coordenador na-

cional do projecto pela «grande importância» que tem esta análise comparada sobre o fenómeno da droga nos países da UE para os profissionais da área - e para a Comunicação Social -, bem como pela afirmação da língua portuguesa no seio da União.

Realçou no entanto que os dados constantes do relatório referentes a Portugal são de 1997 e já integraram o documento que o Governo apresentou à Assembleia da República em Março deste ano.

«Neste momento e só para a questão portuguesa dispomos de dados já mais actualizados, como é evidente», disse.

Alexandre Rosa salientou que existe uma semelhança entre as políticas lançadas pelos parceiros comunitários na área da toxicod dependência, e «as questões levantadas, bem como os grandes desafios, são idênticos aos portugueses».

Privilegiar a prevenção

«Privilegiar a prevenção em todas as suas dimensões é também a nossa aposta em termos de modelo e de opção. Muita coisa estamos a fazer nesse sentido, mas é sempre preciso melhorar. Uma das coisas que o relatório foca é a necessidade de proceder a avaliações permanentes e nós estamos a fazê-las para afinar as estratégias», disse.

No campo do tratamento, as opções são idênticas às portuguesas, designadamente

com uma aposta forte nos programas de substituição por metadona ou LAAM, bem como na estratégia da redução de riscos.

«Os problemas de droga em Portugal não são diferentes dos outros países, portanto as soluções que vão aparecendo são trocadas entre nós», frisou.

«Estamos a ter uma política e uma estratégia em Portugal que vai ao encontro das preocupações expressas no relatório. Penso que estamos bem nesse ponto de vista», sublinhou.

Confrontado com o facto de 70 a 80 por cento da população prisional portuguesa ser toxicod dependente, e cerca de dez por cento consumir dentro da prisão, e questionado sobre a possibilidade de ser iniciado um programa de troca de seringas nas cadeias, Alexandre Rosa considerou que este é um problema de «difícil resolução», que está a ser analisado tendo como referência experiências de outros países como Espanha.

«Há problemas complicados de gestão desta questão dentro de uma prisão. Não vai deixar de ser abordado e reflectido mas podemos ter alguns problemas na sua implementação», afirmou.

Considerou que este assunto tem de ser decidido em sede do Ministério da Justiça, naturalmente em articulação com toda a política de redução de riscos, mas tendo em conta, «de uma forma muito séria e cautelosa», as particularidades de uma prisão e do manuseamento deste tipo de ob-

jecto dentro de um estabelecimento prisional.

Considerou, contudo, «que o problema da droga nas prisões não é sobretudo um problema de troca de seringas», e defendeu a intervenção na área da redução de riscos e a aposta em estratégias de recuperação e reinserção dos detidos com problemas de toxicod dependência.

Nesse sentido lembrou os programas de substituição por metadona que estão a ser desenvolvidos nas cadeias portuguesas, bem como as alas livres de drogas e o acompanhamento médico.

Na cerimónia de apresentação do relatório à imprensa europeia, o director do OEDT, Georges Estivenart, realçou a importância deste levantamento para a definição de uma política comum nesta matéria e mostrou-se apreensivo com o incremento do consumo de drogas nos países da Europa Central e de Leste, apontando recomendações de ordem legal e institucional.

A ministra do Trabalho, Saúde e Assuntos Sociais austríaca, Lore Hostasch, fez uma explanação sobre o consumo de drogas na Áustria, país que conta com cerca de 15 mil toxicod dependentes, cinco mil dos quais na capital.

No combate ao flagelo da droga, a Áustria aposta sobretudo na política de prevenção e redução de riscos, com recurso também a programas de substituição por metadona, apresentando a repressão apenas como solução final.

REQUALIFICAÇÃO DAS CIMENTEIRAS

O Governo anunciou, na passada semana, a requalificação ambiental das cimenteiras portuguesas, no âmbito do projecto definido pelo Ministério do Ambiente para a co-incineração de resíduos industriais perigosos incineráveis, reforçando a política integrada de tratamento de resíduos em execução.

Deste modo, os filtros de mangas, que reduzirão a um limite mínimo as emissões de poeiras dos fornos, serão instalados nas cimenteiras de Maceira e Souselas no espaço de um ano, estendendo-se este processo de requalificação ambiental às restantes cimenteiras do país durante o ano seguinte.

Este projecto, que obrigará a um investimento global superior a cerca de quatro milhões de contos, porá fim a um problema velho de 25 anos e dará resposta ao «passivo ambiental criado pelas unidades cimenteiras face às populações residentes nas suas imediações».

O anúncio desta decisão foi feito após a reunião entre o primeiro-ministro, António Guterres, a ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, e os presidentes das câmaras municipais de Coimbra, Manuel Machado, e de Leiria, Isabel Damasceno.

Este projecto, a par das medidas específicas para Maceira e Souselas, «permitirá obter, a curto prazo, uma efectiva recuperação de adequada qualidade de vida a quem mora nas localidades onde estão instaladas as cimenteiras», eliminar o passivo ambiental herdado e compensar os cidadãos pela manutenção desta situação ao longo dos anos.

Comissão científica controla co-incineração

Na reunião, foi também decidido que o processo de co-incineração de resíduos industriais perigosos incineráveis será acompanhado, controlado e fiscalizado por uma comissão científica especificamente criada para o efeito, constituída por seis especialistas reputados das áreas da medicina, qualidade do ar e química, sendo três indicados pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, um pela ministra do Ambiente e um por cada um dos presidentes das câmaras municipais em referência.

A esta «comissão caberá proceder à definição, acompanhamento de montagem e aferição de funcionamento de todo o sistema de monitorização ambiental das cimenteiras», incluindo «a definição dos indicadores relevantes e dos valores-limite a adoptar, acreditação do equipamento específico a utilizar e a divulgação pública regular dos resultados obtidos». Estão, assim, criadas as necessárias condições para o restabelecimento do desejável clima de confiança, sendo dadas todas as garantias de respeito escrupuloso



Algumas vantagens da co-incineração

O processo de co-incineração de resíduos industriais perigosos incineráveis nos fornos das cimenteiras tem por base a substituição dos combustíveis primários normalmente utilizados na produção de cimento por certos tipos de lixo.

Os fornos das cimenteiras apresentam inegáveis vantagens técnicas face a outras soluções para o tratamento deste tipo de resíduos, nomeadamente o facto de a temperatura dentro do forno atingir os 2 000 graus centígrados, destruindo completamente os resíduos, e de o tempo de manutenção dos gases dentro do forno ser elevado, eliminando a sua perigosidade.

Nem todos os tipos de lixo serão co-incinerados. Os resíduos com teores assinaláveis de cloro e mercúrio, por exemplo, não integrarão o processo, assim como os resíduos hospitalares, para que não haja a possibilidade de serem emitidos compostos perigosos para a saúde das populações. Deste modo, não haverá perigosidade para a saúde das pessoas.

Estes resíduos, que agora serão utilizados como combustível pelas cimenteiras, existem, são produzidos diariamente pelas empresas e têm sido depositados, em grande parte, nas mais de 300 lixeiras a céu aberto que existiam em Portugal. O encerramento das lixeiras, que estará concluído no final deste ano, obriga à célere implementação do processo de co-incineração.

so pelos direitos dos cidadãos e por um ambiente sadio. São reafirmadas as políticas definidas pelo Ministério do Ambiente de desenvolvimento integrado da política de tratamento dos resíduos produzidos em Portugal e de melhoria da qualidade de vida dos portugueses.

Maceira e Souselas beneficiarão, também, da criação de Gabinetes Técnicos para a Requalificação das duas localidades. As áreas referidas serão inventariadas, assim como as tarefas e modos de intervenção, sendo posteriormente integradas num Plano de Acção para a requalificação.

O Governo decidiu, ainda e em simultâneo, encomendar «a um arquitecto urbanista qualificado, um Projecto Orientador de Requalificação Urbanística, que servirá de elemento estratégico essencial para todo o processo».

Objectivo do Governo é limpar Portugal

O processo de co-incineração de resíduos industriais perigosos incineráveis é uma das componentes da política integrada de tratamento de resíduos definida pelo Governo do Partido Socialista, abrangendo diversas áreas e situações. A situação altamente desregrada e degradada herdada dos anteriores Governos obrigou a uma resposta célere da equipa governativa que constituiu o Ministério do Ambiente, tendo sido elaborados planos e programas para cada uma das áreas de intervenção, encontrando-se a sua implementação global já em curso.

No campo dos resíduos sólidos urbanos, foi aprovado e iniciado um programa estratégico nacional, que está em fase adiantada de execução, prevendo-se o encerramento das 302 lixeiras a céu aberto anteriormente existentes até ao final deste ano. Até Outubro de 1998, já tinham sido encerradas 162 lixeiras, sendo que algumas regiões de Portugal, como o Algarve, já se encontram totalmente livres deste flagelo.

Para substituir as lixeiras a céu aberto, foi criado o Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU), que prevê a criação de 37 sistemas intermunicipais e multimunicipais, incorporando aterros controlados e sistemas de recolha selectiva, estando a sua quase totalidade em construção ou a operar.

O Governo definiu, também, as linhas estratégicas orientadoras das acções a tomar no domínio dos resíduos industriais, seleccionando-os, em função da sua tipologia, para co-incineração (processo aprovado através de uma Resolução do Conselho de Ministros), tratamento físico-químico (dispondo-se já de instalações adequadas para o efeito), deposição em aterro, tratamento no estrangeiro e reciclagem.

UM DOS MAIS BRILHANTES POLÍTICOS DA DEMOCRACIA PORTUGUESA

O Presidente da República disse em Braga, no dia 16 de Dezembro, na homenagem a Salgado Zenha, que «a democracia portuguesa deve-lhe inspiração, dádiva pessoal de talento e coragem, clarividência e exemplo».

«**C**omo dirigente de partido, esteve sempre na primeira linha dos combates mais difíceis e exigentes, colocando os objectivos estratégicos acima de quaisquer cálculos pessoais», salientou Jorge Sampaio, recordando as atitudes «polémicas» de Salgado Zenha.

Algumas foram «dolorosas para amigos e companheiros», afirmou Sampaio, numa alusão à ruptura de Zenha com Mário Soares. «Como é sabido, nem sempre pude estar com Francisco Salgado Zenha, embora tenham sido muito mais expressivos os momentos de aprendizagem e de comunhão do que os de divergência», observou o Presidente da República.

Sampaio considerou o homenageado «um dos mais brilhantes políticos e estadistas da democracia portuguesa».

Jorge Sampaio destacou como contributos de Salgado Zenha para a democracia portuguesa as intervenções na revisão da Concordata com a Santa Sé que possibilitou o divórcio nos casamentos católicos, a defesa da liberdade sindical e da reforma do Estado democrático e as suas posições em favor da descentralização e da transparência da actividade política.

Sampaio e Guterres emocionados

António Guterres afirmou que Salgado Zenha foi «essencial» na sua vida, «como referência política e moral», e que ainda hoje, quando tem dúvidas e na «angústia» de não saber o que decidir, «é o seu conselho que gostaria de ouvir».

Depois de um breve discurso de improviso, em que lamentou já não poder planear férias na praia «debaixo do mesmo toldo» com a sua mulher, Luísa, e com Maria Irene e Francisco Salgado Zenha, o primeiro-ministro releu «as palavras mais emocionadas» que escreveu sobre o homenageado dois dias após a sua morte, em Novembro de 1993. Na ocasião, António Guterres considerou que a herança de Salgado Zenha «é de todos os portugueses» e enalteceu as suas qualidades, designadamente a inteligência, a verticalidade moral e «a tolerância, porventura, a sua maior virtude».

António Guterres recordou também o humor e a timidez de Salgado Zenha e a sua aversão ao «festival mediático que é hoje a vida política» e que já ele lhe tinha dito que «a inveja é o pior defeito dos portugueses». Na evocação do homenageado, o advogado Miguel Galvão Teles lembrou a «reputa-



ção nacional» que Salgado Zenha adquiriu desde os seus tempos de estudante de Direito na Universidade de Coimbra, em plena II Guerra Mundial, e na fundação do MUD Juvenil, que originou a amizade com Mário Soares.

«Foi o primeiro grande político do nosso tempo saído das associações de estudantes»,

referiu Miguel Galvão Teles, acrescentando que muitos dos actuais dirigentes do País, como Jorge Sampaio, são «herdeiros políticos» de Salgado Zenha.

Depois do 25 de Abril, realçou o papel do homenageado como ministro da Justiça nos quatro primeiros governos provisórios, designadamente o seu papel no protocolo

de alteração da Concordata assinado no Vaticano, a não discriminação de sexos no acesso à magistratura e a criação do provedor de Justiça.

Galvão Teles lembrou que Salgado Zenha quando assumiu a pasta das Finanças no VI governo provisório, soube rodear-se de uma «notável equipa», que integrava Vítor Constâncio, Artur Santos Silva, António Sousa Gomes e António Sousa Franco, além de um «jovem promissor» como adjunto do seu gabinete, António Guterres.

A ruptura com Mário Soares, o abandono da presidência do grupo parlamentar do PS e o terceiro lugar, com 21 por cento, nas eleições presidenciais de 1986 (ganhas por Soares) e nas quais Zenha teve os apoios do PRD e PCP foram também recordados na evocação.

O presidente da Assembleia da República, em visita oficial à Índia, fez-se representar na homenagem pelo vice-presidente João Amaral, que leu uma mensagem em que Almeida Santos afirma que Salgado Zenha foi «um dos poucos ídolos» da sua vida académica.

Para Almeida Santos, Salgado Zenha «foi popular sem ser populista» e constituiu o seu «elo de ligação» com Mário Soares.

A homenagem contou ainda com intervenções do presidente do Departamento Autónomo de Direito da Universidade do Minho (UM), Cândido de Oliveira, e do reitor da instituição, Chainho Pereira, que agradeceu a António Guterres a atribuição da licenciatura em Medicina.

Simultaneamente, foi entregue à melhor aluna do primeiro curso de Direito da Universidade do Minho (1993/98), Cristina Dias, o Prémio Salgado Zenha, instituído pela Câmara de Braga, no valor de 300 contos.

Um socialista de sempre

Francisco de Almeida Salgado Zenha nasceu em Braga a 2 de Maio de 1923 e morreu a 1 de Novembro de 1993.

Fundador do MUD Juvenil com Mário Soares, entre outros, e participante na campanha presidencial do general Humberto Delgado, Salgado Zenha foi proibido de deixar o País em 1947 e sujeito a residência fixa a partir de 1953 - regimes que terminaram em 1958.

Durante o regime fascista, que agora nesta onda modernista muitos teimam em chamar de regime anterior, Zenha foi advogado de diversos presos políticos, tendo também ele sido de alvo de prisões e perseguição política da PIDE.

Depois do 25 de Abril, Salgado Zenha foi o número dois do PS, tendo participado activamente nas lutas que o partido do punho travou contra a ameaça totalitária. Os militantes do PS, que estiveram na linha da frente nas grandes batalhas cheios de generosidade e entusiasmo e que alguns pós-modernistas pretendem desvalorizar, lembram com nostalgia os discursos com que Zenha galvanizava mul-

tidões e o célebre slogan «Soares e Zenha, não há quem os detenha».

Salgado Zenha que ficará para sempre na história como o líder da luta contra a unicidade sindical, ocupou no pós-25 de Abril as pastas ministeriais da Justiça (1974-1975) e das Finanças (1975-1976), presidiu ao grupo parlamentar do PS e ao Conselho Nacional do Plano, foi vice-presidente da Assembleia do Conselho da Europa e candidato à Presidência da República em 1986, com o apoio do PCP e do PRD, partido constituído por apoiantes do ex-Presidente Ramalho Eanes.

A eleição presidencial foi ganha por Mário Soares, amigo de muitos anos que se transformara a partir da década de 80 em adversário e rival de Zenha.

O então Presidente da República Ramalho Eanes esteve no centro do afastamento entre ambos.

Apesar de nunca se terem reconciliado, Soares atribuiu-lhe em 1990 a Ordem da Liberdade, no âmbito das condecorações do 10 de Junho, que decorreram na cidade dos arcebispos.

J. C. C. B.

APOIO DOMICILIÁRIO PARA 40 MIL IDOSOS

O número de idosos abrangidos pelo apoio domiciliário deverá aumentar para 40 mil até ao fim de 1999. Ano Internacional do Idoso, disse, no dia 6, em Cascais, o secretário de Estado da Inserção Social, Rui Cunha.

O governante falava na sessão de abertura do Seminário Europeu do Apoio Domiciliário, que decorreu no Estoril, com o objectivo de estudar maneiras de inovar e diversificar esta forma de assistência, que actualmente abrange em Portugal cerca de 35 mil idosos.

O apoio domiciliário exerce-se nas áreas da saúde, higiene e alimentação, centrando-se a discussão nas melhores formas de «cooperar, inovar e integrar» a assistência aos idosos, com a colaboração das autarquias, das empresas e dos próprios idosos. É possível assim contornar as dificuldades de quem não tem dinheiro para recorrer a uma instituição privada.

Rui Cunha acrescentou que não deve haver «modelos fixos», antes se deve adaptar às necessidades de cada comunidade. O secretário de Estado lembrou um caso, no concelho de Coimbra, em que se criou um «centro de noite». O problema das idosas da freguesia não estava em como se ocupar de dia, uma vez que tinham as suas actividades caseiras, mas como se resguardar da solidão e dos assaltos, de noite.

A solução encontrada permitia-lhes olhar umas pelas outras, regressando todos as manhãs às suas casas. A mais-valia desta solução é a colaboração dos próprios idosos, que «sairam da vida activa, mas continuam cidadãos».

Os avanços da ciência permitem que se seja jovem biologicamente até mais tarde, mas socialmente é-se velho cada vez mais cedo. A directora-geral da Acção Social, Maria Joaquina Madeira, caracterizou o envelhecimento como «um problema moderno», fruto do progresso e do desenvolvimento. Ao

mesmo tempo, o crescimento da esperança média de vida «é uma conquista», cabendo ao apoio domiciliário «manter as pessoas no contexto normal da vida».

Os desafios que se põem em termos de apoio ao idoso têm a ver com a «promoção da acessibilidade, diversidade e reforço da qualidade».

Rui Cunha elogiou a «parceria exemplar» entre poder local, central, segurança social e comunidade que se verifica no concelho de Cascais no apoio domiciliário aos «maiores», termo espanhol para a terceira idade, que o secretário de Estado empregou pelo «carinho e reconhecimento» que denota.

O presidente da Câmara de Cascais, José Luís Judas, salientou o papel do apoio domiciliário no combate à solidão, para além da assistência material em termos de saúde ou alimentação.

A solidão é também «geradora da doença e da falta de mobilidade» que afectam os mais velhos.

No passado mês de Dezembro, a autarquia anunciou subsídios no valor de 20 500 contos a diversas instituições do concelho que prestam apoio domiciliário.

O plano de actividades para 1999 prevê a aplicação de 1,3 milhões de contos na área da Acção Social.

Joaquim Gonçalves, provedor da Misericórdia de Cascais, referiu-se ao apoio prestado pela instituição como «uma experiência frutuosa». Para além da alimentação (1 700 refeições em Dezembro de 1998) e saúde, prestam-se serviços como a fisioterapia, cabeleireiro e barbeiro, viagens e simples companhia.

O actor Ruy de Carvalho, na qualidade de presidente do Conselho Nacional para a Política da Terceira Idade, encerrou a sessão revelando-se feliz. «Os grandes avanços precisam de sonho, e sonhou-se muito aqui», disse.

EURO NA ESCOLA

A problemática do euro, nomeadamente o conhecimento e as implicações da moeda única, vai integrar o currículo dos alunos do ensino básico e secundário a partir do próximo ano lectivo, anunciou, no dia 6, em Faro, o director regional de Educação.

António Pina, que falava aos jornalistas à margem da conferência sobre «O papel das escolas na divulgação do euro», adiantou que a temática da moeda única vai ser abordada ao nível das disciplinas já existentes e não como uma nova disciplina.

E isto porque o currículo dos alunos portugueses já é um dos mais vastos da Europa, daí não fazer sentido a introdução de novas disciplinas, no caso vertente sobre o euro.

Assim, está a ser preparado um vasto pro-

grama de formação de professores, tendo como principal objectivo preparar os docentes para a introdução da temática da moeda única nos currículos escolares desde o primeiro ao 12º anos de escolaridade.

«Vamos habituar os miúdos à ideia do que é a Europa, a construção europeia e das implicações da mudança da moeda, sem que isso ponha em causa a nossa identidade como povo», sublinhou António Pina. As acções de formação sobre a moeda única, previstas para os próximos dois anos, vão abranger, além dos professores, todos os funcionários dos estabelecimentos de ensino, desde pessoal auxiliar que trabalha nas cantinas e bares até aos da secretaria.

PORTUGAL: OITAVO INVESTIDOR MUNDIAL

O primeiro-ministro indicou, no dia 6, em Lisboa que Portugal foi o oitavo maior investidor externo mundial em 1998, o que conside-rou «verdadeiramente excepcional» dada a dimensão da economia portuguesa.

António Guterres falava no início de um almoço que ofereceu aos diplomatas portugueses que se encontravam num seminário diplomático.

Segundo o chefe do Executivo, para que tal acontecesse contribuiu decisivamente «o excepcional desenvolvimento das relações com o Brasil, Europa, Magrebe e África» sublinhando que está colocado assim um novo desafio à diplomacia portuguesa «um pouco por todo o lado».

«Hoje há uma alteração muito significativa no quadro do nosso relacionamento económico, sobretudo numa perspectiva totalmente nova da internacionalização da economia portuguesa graças a um volume de investimento sem precedentes dos grupos empresariais portugueses no exterior», disse.

Discursando perante cerca de centena e meia de diplomatas, o primeiro-ministro salientou «duas negociações internacionais muito delicadas em que Portugal estará empenhado este ano»: a conclusão do processo de transição de Macau e a «mais sensível e querida questão do povo português» que é a relacionada «com o povo irmão de Timor-Leste».

«Nestes dois domínios 1998 foi um ano de particular actividade. 1999 será um ano de excepcional intensidade (diplomática) pois haverá um momento em que se conclui um processo de transição e ainda face à complexidade crescente do relacionamento com a Indonésia e que envolve a abertura de uma secção de interesses na embaixada da Holanda em Jacarta», acrescentou.

Guterres lembrou também que 1998 permitiu que Portugal tenha hoje uma política externa com «mais visibilidade, projecção e ambição», sublinhando o facto de Lisboa estar no centro do processo de integração europeia com a adesão ao Euro.

O primeiro-ministro destacou também aquela que, disse, «será a mais difícil negociação europeia desde o início do processo de aproximação às comunidades europeias»: a Agenda 2000.

António Guterres lembrou ainda a inserção «cada vez mais activa e dinâmica de Portugal na comunidade euro-atlântica» num ano em que se preparam as cimeiras da NATO e da OSCE, vertente que é «da maior importância na política externa portuguesa».

Nesse sentido exortou também os diplomatas, num ano em que se prepara a presidência portuguesa da União Europeia, no primeiro semestre de 2000, a uma maior actividade, dinamismo e cooperação com o Governo e sobretudo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

LINHAS DE ATENDIMENTO PREFERENCIAL AOS IDOSOS

O Ministério da Saúde vai criar unidades de gerontologia em alguns hospitais centrais e linhas de atendimento preferencial aos idosos nos centros de saúde, foi revelado, no dia 8, no Estoril, durante a sessão de encerramento do Seminário Europeu do Apoio Domiciliário.

João Nunes de Abreu, representante da ministra da Saúde, Maria de Belém, salientou a importância do apoio domiciliário na criação de novos postos de trabalho e na libertação dos hospitais de casos «sociais». Nas conclusões do seminário, Maria Lurdes Quaresma, da Direcção-Geral da Acção Social, focou a riqueza da troca de experiências desenvolvida com os parceiros estrangeiros.

Os serviços de apoio domiciliário, ao agir com a população idosa, acabam por beneficiar toda a comunidade, aumentando a sua qualidade de vida.

A qualificação do pessoal exigida, com formação contínua, leva ao enriquecimento dos recursos humanos da comunidade. O apoio domiciliário, a par de uma «lógica crescente de contextualização» com a comunidade em que se exerce, deve obedecer

a uma cada vez maior «contratualização» entre os serviços e o sujeito que deles usufrui. É que «o idoso é o chefe da equipa», como afirmou Lurdes Quaresma.

Em termos do seu estatuto, o apoio domiciliário deve encaminhar-se para uma articulação cada vez maior com os outros serviços de saúde que o complementam, cada vez mais polyvalente, flexível e complexo.

Esta ideia foi reforçada por João Nunes de Abreu, que defendeu que o apoio domiciliário deve estender-se a «todos os que dele Precisem», não só aos idosos.

A directora-geral da Acção Social, Maria Joaquina Madeira, referiu-se às dificuldades na divulgação e disponibilização das novas tecnologias de acessibilidade, desde viaturas condicionadas para facilitar o acesso dos idosos a aparelhos de comunicação, como o videofone.

Joaquina Madeira assegurou que o apoio domiciliário «está inscrito no programa do Governo» e que continuará a ser «avaliado, discutido e melhorado». «Vamos trabalhar para a excelência», concluiu.

LISBOA

Casal Ventoso

REALOJAMENTO DA POPULAÇÃO NUM BAIRRO-MODELO

O dia 11 de Janeiro ficará marcado como o início do fim do Casal Ventoso e de uma nova vida para um número significativo de ex-moradores do referido bairro, agora realojados num bairro social modelo, com diversos equipamentos sociais, que se quer livre de droga. Esta é a Lisboa humanizada, que a Câmara está apostada em construir. Uma capital sem barracas, sem guetos, mas também, é necessário sublinhar, que deve no mais curto espaço de tempo, com um plano integrado de inserção social, atacar a fundo o problema dos sem-abrigo.

No dia 11 de Janeiro o ministro da Administração Interna, Jorge Coelho, e João Soares, presidente da Câmara de Lisboa, inauguraram a nova esquadra da Quinta do Cabrinha, bairro onde estão a ser realojados os moradores do Casal Ventoso.

No mesmo dia, iniciou-se também o processo de realojamento da população do Casal Ventoso neste novo complexo habitacional com a celebração dos contratos de arrendamento das suas 248 habitações.

Estiveram também presentes o ministro José Sócrates e o vereador da Habitação, Vasco Franco, que tem feito uma obra notável na sua área, de que este novo bairro é mais um exemplo.

Na cerimónia de inauguração da esquadra, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, João Soares, lembrou que o novo espaço da PSP no Bairro da Quinta do Cabrinha, em frente à Avenida de Ceuta, é a sexta esquadra inaugurada no concelho desde 1996.

Inserida no projecto da reabilitação urbana, a inauguração da esquadra é, segundo João Soares, a «grande aposta dentro da aposta de requalificação do Casal Ventoso», sendo a Quinta do Cabrinha o «símbolo conseguido dessa aposta», disse.

«Não é uma esquadra qualquer, porque este não é um bairro qualquer», reconheceu, numa referência aos problemas de pobreza

no Casal Ventoso, com que a capital «se deparava há muitos anos».

O projecto de reconversão do Casal Ventoso incluiu já algumas iniciativas inovadoras no combate à pobreza e às questões da droga no bairro como a primeira demolição de barracas, realizada «há pouco mais de dois anos», naquela zona «desde sempre, ou seja, princípio dos anos 30», frisou João Soares.

O presidente do município congratulou-se ainda por estarem reunidas condições «para dar a segunda grande machadada no Casal Ventoso»: a demolição das barracas depois de estarem realojadas, nas 248 habitações da Quinta do Cabrinha, os moradores que começaram também a receber as primeiras chaves.

A «machadada simbólica no plano local e nacional» só é possível, afirmou o autarca, graças ao «papel incontornável da PSP» na garantia da paz naquele bairro.

Policimento de proximidade

Acrescentou ainda que a nova esquadra

foi considerada como um meio para conseguirem desempenhar a sua actividade próxima do local em que têm trabalhado e simultaneamente dar mais segurança àquela zona.

O ministro da Administração Interna, Jorge Coelho, afirmou por seu turno que o dia 11 de Janeiro é um marco importante não só para aquela zona e para Lisboa, mas também para o país, uma vez que, após vários anos a falar no problema do Casal Ventoso e a fazer planos, foi dado o primeiro passo concreto na sua resolução.

O presidente da Câmara, frisou Jorge Coelho, foi «o primeiro a diagnosticar o problema das barracas e o primeiro a resolvê-lo, com a demolição e o realojamento» dos moradores daquele bairro.

Acrescentou ainda que todo o projecto responde a uma vontade geral do Governo de não se resignar com os problemas da droga e combatê-lo «numa nova concepção de policiamento e proximidade».

J. C. C. B.

PRESERVAÇÃO DA NATUREZA

Alentejo

CARTA VERDE: UM LITORAL DE CONTRASTES

A valorização e preservação dos recursos naturais nacionais são uma prioridade incontestável do Governo socialista. Uma prova indiscutível foi a decisão de suspender a construção da barragem de Foz Côa com vista à conservação das gravuras rupestres encontradas na zona.

Num contexto de forte e genuína consciencialização ambientalista, a Direcção Regional do Ambiente do Alentejo editou, em Setembro último, quatro mil exemplares da «Carta Verde do Litoral Alentejano».

Ao longo das suas 43 páginas o Projecto Carta Verde do Litoral Alentejano visa «descrever e interpretar os elementos da orla costeira», ou seja, pretende ser um retrato, uma reflexão e um convite para uma visita ao litoral do Alentejo.

A apresentação da publicação é feita pela directora de serviços da Direcção Regional do Ambiente do Alentejo, Maria do Rosário Ramalho, que, num texto introdutório à edição, não hesita em qualificar o sistema ambiental alentejano como «único à escala nacional e europeia», tendo a orla costeira um património de valor inigualável. São as lagoas da costa da Galé, os estuários do Sado e da Mira, os cordões dunares a Norte e a Sul de Sines, as formações rochosas do Cabo Sardão e de Milfontes. É a planície litoral ondulante e recortada pe-



los esteiros do arroz, a serra de contornos angulosos, os extensos campos agrícolas na plataforma costeira, os portinhos de pesca encaixados na vertente xistosa.

São ainda as salinas do Sado, enigmáticos labirintos de terra e de mar, as praias de areia branca a perder de vista, os contornos rochosos da planície alentejana que subitamente mergulha no Atlântico.

Tudo isto e mais faz com que a costa do Alentejo se apresente hoje no continente europeu como um dos melhores exemplos de um litoral pouco intervencionado, mantendo praticamente, em toda a sua extensão, características biofísicas naturais.

Como é possível constatar na Carta Verde, pelas boas fotografias que inclui, a estrutura morfológica e ecológica é diversificada.

Temos, pois, a meseta ibérica, a planície litoral, a orla costeira e a plataforma continental.

O clima do litoral alentejano é descrito na publicação da Direcção Regional do Ambiente do Alentejo, como «mediterrânico com influência atlântica». Por outras palavras, os verões são relativamente frescos e os invernos muito suaves. A temperatura média anual do ar ronda os 16 graus centígrados.

A Carta Verde dá conta da existência de costas morfológicamente distintas no litoral alentejano, sobretudo se falarmos na zona situada a sul de Santo André.

«As costas arenosas que se desenvolvem até ao Cabo de Sines, e as costas rochosas que se desenvolvem a partir deles, opõem uma paisagem ampla de extensos areais a uma paisagem ampla de extensos areais a uma paisagem determinada por arribas rochosas, frequentemente entrecortadas por maciços dunares e pequenas praias», pode ler-se na página 12 da Carta Verde relativa ao espaço territorial que vai de Melindres a Porto Côvo.

Um pouco mais a sul a paisagem é descrita como sendo «espectacular». É que esta zona de costa rochosa do litoral português mantém, no essencial, características biofísicas e humanas de grande riqueza, tendo sido considerado como «Área Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa

Vicentina» (Parque Natural).

Quanto às actividades económicas do território em questão, a Carta Verde refere-se ao latifúndio, com raízes na ocupação romana, como o «sistema de organização da propriedade mais característico desta região».

«O povoamento é muito disperso, dominando um uso rural do território associado à actividade agrícola e exploração de recursos marinhos.

A fechar esta edição da Carta Verde do Litoral Alentejano é sugerida uma visita à zona. Em dez sectores de exploração, a Direcção Regional do Ambiente fornece algumas pistas para uma viagem diferente à costa alentejana.

A proposta inclui percursos de extensão e duração variáveis. Para os que desejam conhecer a costa do Alentejo rapidamente, são sugeridos percursos de automóvel, com paragem nos locais mais emblemáticos da zona.

Por seu turno, os que gostam de explorar cada centímetro podem optar por percursos a pé ou de bicicleta, que permitem um contacto directo com a natureza e a descoberta de aspectos que, de outro modo, passariam despercebidos.

A não perder é a oportunidade de fazer uma viagem de barco no estuário do Sado e apreciar os ecossistemas marinhos bem como a diversidade paisagística.

M.J.R.



Albufeira

Exposição colectiva de pintura e escultura

Desde o passado dia 6 e até 29 de Janeiro está patente ao público na galeria de arte Pintor Samora Barros, uma exposição de pintura e escultura de Eduarda Vargas, Liliana do Carmo, Margarida Morgado e Paula Sengo.

A mostra pode ser visitada diariamente, das 10 e 30 às 17 horas, excepto feriados.



Cascais

Programas de emprego

Simplemente notável a política social que tem vindo a ser implementada pela Câmara Municipal de Cascais.



As iniciativas nesta área sucedem-se. Agora é a vez de uma acção destinada a combater o desemprego.

Assim, o município de Cascais vai iniciar programas de inserção na vida activa (UNIVA) e Clubes de Emprego, numa iniciativa que vai beneficiar a população residente nas localidades de Trajouce, Tainhas e Marianas.

Inserida no Programa Especial de Realojamento (PER) da autarquia, esta iniciativa conta com a participação do Centro de Emprego de Cascais e destina-se a prestar informações e orientação a nível escolar e profissional no acesso ao emprego.

Com esta iniciativa pretende-se inserir na zona interior do concelho de Cascais espaços onde exista a preocupação de dar resposta a situações de precariedade laboral ou de desemprego prolongado para jovens e cidadãos com mais de 25 anos. Estes dois Clubes de Emprego e UNIVAS são financiados pelo Centro de Emprego de Cascais, cabendo ao município assegurar os espaços onde irão funcionar e ainda compartilhar no pagamento aos técnicos envolvidos.

Recuperação de bairros ilegais

A Câmara Municipal de Cascais vai entregar um conjunto de subsídios no valor de 76 mil contos a comissões de moradores de bairros de génese ilegal acelerando o processo de legalização dos bairros Nossa Senhora das Neves, Alto do Moinho, Carrascal de Alvide, Cepos e Marquesa de Alorna, na Freguesia de Alcabideche.

Com estes apoios a autarquia substitui os moradores não aderentes ao processo de recuperação, permitindo a realização de obras de ligação à rede viária envolvente e consideradas obras estruturantes para os bairros, instalação de infra-estruturas, rede de abastecimento de água e electricidade.

Fafe

XIV Encontro de Cantadores de Reis

O XIV Encontro de Cantadores de Reis de Fafe, que se realizou no dia 8 de Janeiro, no pavilhão municipal, às 21 e 30, contou com a participação de 13 grupos representativos de colectividades culturais e recreativas de todo o concelho.



Organizado pela Câmara Municipal de Fafe, o evento visou reviver a tradição e estimular a defesa do património cultural que são os cantares dos reis, promovendo a sua recolha e recriação, de forma tanto quanto possível genuína, concretizada na antiguidade dos cantares, na riqueza dos trajes e na adequação dos instrumentos.

Faro

Ampliada rede pública de abastecimento de água

Iniciaram-se no concelho de Faro os tra-

balhos da obra de abastecimento público às localidades de Torre Natal, Galvana e Areal Gordo.

Para Luís Coelho, presidente da autarquia, esta obra que vai servir mais de 2 3000 munícipes, é de grande interesse para as freguesias da Conceição de Faro e da Sé e constitui mais um importante passo no sentido de elevar a qualidade de vida da população do município.



Lisboa

Demolição de 175 barracas

Lisboa tem menos um bairro de barracas. No passado dia 22 de Dezembro, procedeu-se à erradicação total do bairro da Quinta da Montanha, com a demolição das últimas 175 barracas, onde habitavam 180 famílias, já realojadas no Bairro do Armador.

Há moda no Chiado

Realizou-se no passado dia 20 de Dezembro, na Estação de Metropolitano Baixa/Chiado, o desfile de moda «Há Moda no Chiado 98».

Tratou-se de uma iniciativa da Gardenia Atelier, que contou com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa.

O evento teve como objectivo promover as últimas colecções de alguns dos melhores estilistas, criadores nacionais e internacionais.

Povoação

Orçamento aprovado

O Plano e Orçamento da Câmara Municipal da Povoação para 1999 foi aprovado, apenas com um voto contra.

A repavimentação de estradas, a última fase da zona balnear da vila, o saneamento básico de água Retorta, a beneficiação do Centro de Congressos Vale Formoso e a nova urbanização turística do Faial da Terra, assim como a beneficiação das escolas do 1º ciclo, da secundária e a construção da nova Escola 2,3 de Furnas são os investimentos de maior vulto do Plano e Orçamento que ascendem a 1 700 mil contos.

A Assembleia Municipal aprovou ainda a integração da Câmara na nova empresa

que vai construir o Hotel do Mar na vila da Povoação com 20 por cento do capital social, já que os restantes 80 por cento foram assumidos pela iniciativa privada.

Santo Tirso

Habitação e transportes são prioridade

Traduzindo as propostas que em devido tempo foram apresentadas aos habitantes do concelho de Santo Tirso, foram aprovados os Planos de Actividades e Orçamentos da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados.

Estes Planos e Orçamentos representam um significativo aumento do investimento público, através da poupança feita em despesas correntes.



A aprovação formal destes Planos e Orçamentos neste momento foi feita tendo em conta a conjuntura política local e as previsões próximas de alteração do quadro geográfico e administrativo do município e tem em atenção a legislação autárquica que exige o cumprimento de determinados prazos dos investimentos agora apresentados.

Nos documentos aprovados, destaque para o facto de a Educação e o Ensino irem absorver cerca de 8,3 por cento do Orçamento; a Cultura, o Desporto e os Tempos Livres, 17,1 por cento; a Habitação e a Urbanização, 21,3 por cento; o Saneamento e a Salubridade, 16,2 por cento; e as Comunicações e Transportes, 23,1 por cento. Através destes indicadores pode verificar-se, ainda, que é reforçado significativamente o papel da habitação no município, que é elevado o nível de investimento nos Transportes, e que a Educação, a Cultura e o Desporto têm nestes documentos um significado muito especial.

Vila Real de S. António

Termina no próximo dia 29 de Janeiro o prazo de inscrição para o concurso «Novas Vozes», aberto a cantores entre os 15 e os 30 anos.

O preenchimento do boletim de inscrição deverá ser efectuado no Departamento Cultural da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

BENELUX

Moção sobre Comunidades

A Comissão Política da Federação do PS do Benelux aprovou, no dia 10, a moção sectorial que apresentará ao Congresso do PS nos dias 6 e 7 de Fevereiro.

A moção, que tem como título «As Comunidades Portuguesas», está dividida em três partes: «Unir os portugueses onde quer que vivam», «Apostar no Futuro» e «Melhorar o funcionamento do Partido».

Para a realização desta moção, cuja proposta de base foi apresentada pelo actual secretário-coordenador da Federação do Benelux, o camarada Diogo Quintela, contribuíram activamente as Secções de Bruxelas, Luxemburgo e Holanda, tendo o texto final sido aprovado por unanimidade.

Na reunião da Comissão Política foram também aprovadas as datas do processo eleitoral para a Federação do Benelux, cujo Congresso que elegerá o novo presidente e restantes órgãos políticos ficou marcado para dia 14 de Março.

COIMBRA

Moção sobre co-incineração

A Comissão Política Distrital do PS/Coimbra, reunida no passado dia 8 de Janeiro, discutiu a questão da co-incineração de resíduos industriais perigosos na unidade cimenteira de Souselas.

Após amplo e vivo debate, foi aprovada por unanimidade uma moção sobre esta matéria. Na moção, o PS/Coimbra lembra que «o actual Governo herdou dos sucessivos governos do PSD uma situação caótica e irresponsável quanto aos resíduos industriais perigosos despejados um pouco por todo o País».

Considerando «positivo que o Governo do PS e da Nova Maioria assumisse a responsabilidade, que os sucessivos governos do PSD não tiveram, de encontrar uma solução para esta grave situação», o PS/Coimbra «não pode deixar de manifestar no entanto a sua discordância pela escolha de Souselas».

No entanto, os socialistas de Coimbra consideram que «decisiva em todo este processo foi a reunião realizada no dia 10 com o primeiro-ministro, a partir da qual se encontrou uma solução que passa, entre outras condicionantes, pela constituição de uma Comissão Científica de Controlo e Fiscalização Ambiental das Cimenteiras, a qual restabelece o desejável clima de confiança das populações e garante a qualquer momento o respeito pelo seu direito a um ambiente são».

Herança caótica do PSD

No documento, o PS/Coimbra elogia as enormes «sensibilidade social e capacidade de diálogo» do primeiro-ministro e condena veementemente as «atitudes irresponsáveis e demagógicas do PSD, que, tendo deixado o País numa situação caótica em matéria de lixos industriais perigosos, aparece agora a mobilizar reacções de protesto, mascarando-se de ambientalista fervoroso e convicto».

A Comissão Política Distrital do PS/Coimbra expressa ainda aos conimbricenses, em especial aos que residem e trabalham na área de Souselas, «a sua satisfação pelas medidas de controlo e eliminação do passivo ambiental provocado pelo funcionamento da unidade cimenteira, medidas essas que, obtidas no decorrer da audiência com o primeiro-ministro, contemplam finalmente as exigências que, desde sempre, Coimbra vinha reclamando».

Confiança

Na moção, a Comissão Política da Federação do PS/Coimbra manifesta ainda «a sua confiança nas decisões que venham a ser tomadas pela mencionada Comissão Científica de Fiscalização Ambiental, atenta a sua independência e isenção, por um lado, e o seu carácter técnico-científico, por outro. E sem esquecer, o que é mais importante, os poderes de suspensão imediata de todo o processo de co-incineração que lhe foram outorgados».

O PS/Coimbra «continuará firme na defesa das questões relacionadas com este "dossier"».

Veiga de Oliveira e 24 ex-comunistas aderem ao PS

O PS está mais forte e enriquecido a todos os níveis com a entrada do ex-dirigente histórico do PCP e resistente antifascista Veiga de Oliveira e de mais 24 ex-comunistas. De Mário Soares a António Guterres, passando por velhos companheiros de luta e também dissidentes do PCP como Pina Moura e José Luís Judas, foram vários os destacados militantes socialistas que compareceram no jantar no Grémio Literário para assinalar a entrada do último ministro comunista, Veiga de Oliveira, na «casa comum da esquerda», o PS.

Afastado do PCP desde 1990, Veiga de Oliveira, 72 anos, engenheiro civil e economista, com um passado de resistente antifascista de onde se destaca o facto de ter sido o preso que durante mais horas consecutivas foi submetido à tortura do sono – 18 dias de pé, em «estátua», sem se poder mexer, justificou a sua entrada no PS por ser o partido que melhor poderá concretizar a sua sede de mais justiça social.

PORTO

Orlando Gaspar recandidata-se

O presidente da Concelhia do Porto, uma das estruturas mais dinâmicas do PS, o camarada Orlando Gaspar, vai recandidatar-se ao cargo.

O camarada Orlando Gaspar conta com o apoio da esmagadora maioria dos militantes do PS/Porto que querem a continuação do excelente trabalho realizado ao longo de dez anos. Recorde-se que a decisão da recandidatura foi tomada numa reunião realizada entre vários membros da direcção daquela estrutura do PS e Orlando Gaspar.

Orlando Gaspar, que é líder concelhio há dez anos, tinha já anunciado a sua decisão de não voltar a candidatar-se, por razões de ordem pessoal, «a menos que ocorresse algum terramoto político», de forma a dar lugar a uma renovação naquela estrutura socialista.

«O movimento para a recandidatura de Orlando Gaspar é apoiado por 600 militantes socialistas portuenses, pelo presidente da Câmara do Porto, Fernando Gomes, a esmagadora maioria dos secretários-coordenadores das Secções, dos presidentes das Juntas e dos deputados à AR», disse o camarada Renato Sampaio em conferência de Imprensa.

O movimento mereceu também o apoio dos deputados pelo Porto Alberto Martins, José Saraiva e Strecht Ribeiro.

O eurodeputado socialista pelo Porto Carlos Lage também já manifestou o seu apoio, bem como José Lello, o único membro do Governo que pertence a esta estrutura do PS.

O camarada Renato Sampaio referiu ainda que o presidente da Distrital do Porto do PS, Narciso Miranda, lhe tinha pedido para comunicar aos jornalistas que estava «altamente satisfeito e contente» pelo facto de Orlando Gaspar ter acedido a recandidatar-se.

Aquele dirigente concelhio socialista referiu que, entre os presidentes de junta socialistas do Porto, apenas quatro ainda não tinham dado o seu apoio à recandidatura.

Renato Sampaio disse que os apoiantes da recandidatura «dão público reconhecimento ao camarada Orlando Gaspar por ter valorizado as razões políticas e ter sido sensível ao apelo que lhe foi dirigido».

Laranjeira Vaz é candidato

Entretanto, Laranjeira Vaz, chefe de gabinete do Grupo Parlamentar do PS na AR, é candidato à liderança da Concelhia socialista do Porto.

«É uma candidatura que nasce de baixo para cima, sem pretender forçar rigorosamente nada», disse.

O candidato assume como lema de campanha «procurar unir, na dúvida fomentar o livre pensamento e, em qualquer circunstância, ser sempre firme na solidariedade».

Laranjeira Vaz considera que o momento «é ideal para renovar a Concelhia do PS/Porto».

«É o momento ideal para reflectir e fomentar o diálogo com o eleitorado, já que será um mandato sem eleições autárquicas e, como tal, sem elaboração de listas, uma situação sempre perturbadora mesmo que normal em democracia», referiu o candidato.

«É uma candidatura irreversível, surjam que candidatos surgirem, porque o que está em causa são valores e princípios», acrescentou.



Tratado de Amesterdão Eurodeputados socialistas lançam folheto

Um folheto explicativo sobre o Tratado de Amesterdão, que Portugal foi o 11º país a ratificar, começou a ser distribuído por todo o País, com particular incidência nas capitais de distrito.

O folheto é uma iniciativa dos eurodeputados socialistas portugueses e visa dar aos portugueses uma explicação acessível e sintética das grandes linhas do Tratado de Amesterdão, aquilo que ele tem de inovador e o que representa para o futuro do Velho Continente.

«Este Tratado – lê-se no folheto – estabelece os princípios fundamentais da União Europeia e é o reflexo do encontro das vontades de cada um dos quinze Estados-membros da União».

Segundo Luís Marinho, presidente do Grupo Parlamentar Socialista português, o lançamento do folheto «é também uma manifestação do empenho dos socialistas na construção da Europa e da vontade firme de aproximar os portugueses das questões europeias, que hoje em dia já não se podem dissociar das questões nacionais. E isto tem tanto mais importância quanto em Junho próximo se realizarão eleições para o Parlamento Europeu».

Com esta iniciativa, os socialistas portugueses no PE lançam o seu terceiro folheto, tendo os outros dois sido sobre a moeda única, o euro.

Congresso do PS no Coliseu dos Recreios

O Congresso do PS que decorrerá nos dias 6 e 7 de Fevereiro, afinal, tal como anunciado, já não se realizará no Pavilhão Carlos Lopes, mas sim no Coliseu dos Recreios, em Lisboa.



ASSEGURAR A IGUALDADE E A INSERÇÃO DOS CIGANOS

1. No prosseguimento da concretização das políticas destinadas a contribuir para a igualdade e inserção dos cidadãos portugueses ciganos, no âmbito duma abordagem integrada dos factores que contribuem para a exclusão social destas comunidades e da promoção das medidas que facilitem a sua inclusão social, identificaram-se as seguintes áreas prioritárias de actuação: a escola; a formação profissional e a inserção profissional; o Rendimento Mínimo Garantido; a habitação; o reforço da participação com as autarquias locais; a consulta e a participação das famílias e associações ciganas no diagnóstico das situações e na procura de soluções.

2. Reconhecendo a importância da actividade desenvolvida junto de algumas comunidades, tendo-se verificado um crescimento do número de crianças que procuram a escola, o que é um factor muito positivo e resulta do sucesso das políticas que têm vindo a ser desenvolvidas nesse sentido, não só a nível escolar, mas particularmente graças ao rendimento mínimo garantido e às acções de luta contra a pobreza.

Estamos, contudo, conscientes que a maior frequência escolar não significa um aumento automático do sucesso educativo na mesma proporção.

Daí a importância de que se reveste, nomeadamente, o avanço no sentido da institucionalização dos mediadores culturais, muitos deles recrutados entre jovens portugueses ciganos.

A publicação do Despacho Conjunto nº 304/98, da autoria de S. Exa. o Senhor Ministro da Educação e de S. Exa. o Senhor Secretário de Estado do Emprego e da Formação é um passo importante na institucionalização da figura do mediador cultural.

Na sequência deste despacho, verificou-se a colocação de mediadores culturais provenientes da comunidade cigana nas seguintes escolas da área da Direcção Regional da Educação de Lisboa: EB 1 nº 2 da Buraca (2); EB 1 nº 117 Lisboa (2); EB 1 nº 118 Lisboa (2); EB 1 nº 3 Brandoa (2); EB 1 nº 167 Bairro Padre Cruz (2).

A introdução de mediadores culturais recrutados entre jovens provenientes da comunidade cigana é um contributo para o sucesso educativo na medida em que, por um lado, as famílias passam a perceber a importância que a escola pode ter no assegurar do sucesso humano dos que a frequentam, e, por outro lado, permite à escola apreender a riqueza da diversidade cultural.

O próximo desafio será o do alargamento da rede de mediadores culturais, tendo em conta a necessidade de estender a sua acção a um maior número de escolas e a outras áreas geográficas.

3. A nível da formação profissional, para além das acções específicas que têm vindo a ser desenvolvidas especificamente dirigidas para a comunidade cigana, como é o caso do projecto Oficina Romani, no quadro do Pro-

grama Integrar, entende-se que aos cidadãos portugueses ciganos deve ser garantido o acesso às medidas de formação profissional disponíveis para o conjunto dos cidadãos com a adopção de medidas facilitadoras que se venham a revelar oportunas.

Igualmente importante é a divulgação junto das comunidades ciganas, das medidas existentes no domínio do emprego, em especial as vocacionadas para os grupos sociais mais desfavorecidos, nomeadamente, no domínio do Mercado Social de Emprego, e o acompanhamento da implementação das experiências em curso.

4. O Rendimento Mínimo Garantido reveste-se de grande importância, nomeadamente, no que se refere:

à regularização da situação profissional destes cidadãos, que a não tinham regularizada e em alguns casos utilização de parte da prestação pecuniária para a aquisição de material de venda ambulante; facilitar a inserção profissional, revitalizando ou criando actividades económicas úteis, adequadas às suas especificidades; colaborar na reinserção social e prevenção da mendicidade e comportamentos desviantes de alguns membros destas comunidades; promover o estabelecimento de interacções positivas entre estas comunidades e a sociedade envolvente.

Continuaremos a colaborar com a Comissão Nacional do Rendimento Mínimo no sentido de permitir o sucesso desta medida, contribuindo para minimizar as dificuldades sentidas na sua aplicação a determinadas comunidades ciganas.

5. No que se refere à habitação, as famílias portuguesas ciganas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto têm vindo a ter

sucesso no PER e no PER-Famílias, nas mesmas condições que os restantes cidadãos.

Nos restantes concelhos, as necessidades das populações, no domínio da habitação, vão exigindo respostas que têm sido desenvolvidas nos Acordos celebrados entre as Autarquias e o Governo, permitindo a construção de novas habitações a custos controlados, para famílias em precárias condições de habitabilidade.

Continuaremos a acompanhar os problemas colocados pelo processo de sedentarização de muitas das famílias noutras áreas do país e as dificuldades de acesso à habitação com que se defrontam, procurando colaborar com instituições particulares de solidariedade social e autarquias locais no sentido de contribuir para encontrar as melhores soluções possíveis.

6. Prosseguiremos o diálogo e a colaboração com as autarquias locais.

Várias autarquias têm manifestado o interesse de colaborar e inclusive de que realizemos reuniões do grupo de trabalho nos seus concelhos. Sempre atribuímos a maior importância à colaboração não só com as autarquias locais, mas também com a Associação Nacional de Freguesias e a Associação Nacional de Municípios.

7. Diálogo com os cidadãos portugueses ciganos e suas associações.

Pretendemos continuar os contactos que temos vindo a desenvolver, com as comunidades ciganas em diferentes pontos do país. Sempre que possível, procuramos nas deslocações que realizamos ouvir as diferentes comunidades ciganas.

Pretendemos associar cada vez mais as co-

munidades ciganas e as suas associações no processo de afirmação da cidadania e de igualdade da comunidade cigana, o que deve, em nosso entender, fazer-se a todos os níveis, do local ao nacional.

8. Todas as novas acções são orientadas pelo objectivo de contribuir para assegurar a igualdade e a cidadania dos cidadãos portugueses ciganos.

O Grupo de Trabalho esforçar-se-á para cooperar cada vez mais directamente com os serviços descentralizados dos diversos Ministérios na abordagem e resolução das questões suscitadas pela concretização destes objectivos.

Mas o sucesso destas acções exige o assumir dos direitos de cidadania por parte destes cidadãos.

Daí a importância que daremos ao respeito pela legislação relativa ao recenseamento eleitoral, já que o direito de sufrágio é simultaneamente um direito e um dever cívico de todos os cidadãos.

Não podemos também deixar de saudar os profissionais da comunicação social sublinhando o papel importante que têm vindo a desempenhar.

À comunicação social deve-se, na generalidade, importante papel na divulgação de experiências positivas de inserção destas comunidades e no combate a preconceitos relativamente a cidadãos portugueses ciganos, não ignorando que, num ou outro caso, uma informação mais parcial e superficial produziu também efeitos perversos relativamente à preocupação de assegurar a igualdade e cidadania destes cidadãos.

*Alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas



EFEMÉRIDE

Edmundo Pedro

O SIGNIFICADO DA RECUPERAÇÃO DO TARRAFAL



Há 62 anos que foi inaugurado o tristemente célebre campo de concentração do Tarrafal, eufemística e hipocritamente designado no decreto de Salazar por Colónia Penal de Cabo Verde. Dentro de dias iniciar-se-ão finalmente as obras de restauro das degradadas instalações onde funcionou. O objectivo das obras é instalar ali o museu da resistência contra o fascismo e o colonialismo. E também consagrará-lo como local de peregrinação e convívio que contribua para o reforço da amizade e solidariedade entre os povos de língua oficial portuguesa que foram vítimas do colonialismo – ideia de alto significado, visto que aquele local de degradação física e de morte foi partilhado por portugueses e cidadãos das ex-colónias irmanados na luta por um mesmo objectivo: derrubar o regime fascista e colonialista de Salazar, que não respeitava os mais elementares direitos do homem. No quadro dessa luta, uns e outros deixavam ali para sempre um significativo número de mortos.

Esta iniciativa fica a dever-se à clarividência de António Guterres.

Com efeito, foi no decurso de uma visita que efectuou ao Tarrafal (para a qual, aliás, me convidou) que anunciou a decisão de afetar a este projecto a verba indispensável para a sua concretização. Cabe-lhe esse mérito indesmentível. É justo dar-lhe o merecido relevo. Guterres compreendeu a importância de preservar esse memorial, que testemunhará, para as gerações futuras, o real carácter do regime deposto em 25 de Abril de 1974 – regime em que a direita portuguesa teima em classificar como uma «ditadura paternalista».

Ora a tese de que o presídio do Tarrafal teria sido uma vulgar «colónia penal» (sustentada por aqueles que negam o carácter fascista da ditadura de Salazar) não suporta o mínimo confronto com a realidade. É eviden-

te que o Tarrafal não foi o equivalente dos campos de extermínio nazis. Não foi Auschwitz, não foi Dachau, não foi Sobibor. E também não foi o trágico Gulag soviético do trabalho escravo. Uma tal aproximação constituiria o insulto à memória dos milhões de infelizes que foram assassinados nesses vergonhosos antros de tortura e morte.

Mas o Tarrafal não deixou por isso ser um campo de concentração típico, cuja concepção e a lógica de funcionamento foram rigorosamente decalcadas do modelo dos campos nazis postos de pé por Hitler pouco depois de assumir o Poder. Efectivamente, verificaram-se ali todos os aspectos mais significativos que caracterizaram os campos nazis. Elementos documentais recentes provam, aliás, que o indivíduo que acabou por completar, em todos os aspectos, a lógica de funcionamento daqueles campos (o sinistro capitão João da Silva) fizera a sua formação de técnico concentracionário na Alemanha nazi. Ele orgulhava-se, de resto, dessa parte do seu *curriculum* de cruel e boçal fascista.

Com efeito (tal como aconteceu em todos os campos congéneres hitlerianos), os prisioneiros foram submetidos a um regime de isolamento radical, que os colocou totalmente à mercê dos ferozes instintos dos guardas prisionais, os quais, a coberto da tal impunidade proporcionada pelo corte radical entre o universo concentracionário e o mundo exterior, podiam dar largas às sádicas tarefas para as quais tinham sido expressamente seleccionados; foram obrigados a usar a humilhante e degradante veste concentracionária; foram submetidos a perseguições e castigos constantes (com recurso frequente à terrível cela punitiva – que ficou célebre sob o nome de «frigidreira», cela onde o meu pai – que comigo partilhou o campo durante cerca de uma década –, cansado de tantas perseguições tentou sui-

cidar-se); suportaram, sob os mais insignificantes pretextos, espancamentos bárbaros, que, nalguns casos, arruinaram para sempre a saúde dos prisioneiros.

Um, pelo menos – Nascimento Gomes –, foi morto em consequência directa das terríveis sevícias corporais a que foi submetido; tiveram de suportar o trabalho obrigatório (que, em certa altura, e para alguns prisioneiros, se transformou em trabalhos forçados); confrontaram-se com a omnipresente ameaça de doenças mortais, que punham frequentemente um fim trágico e prematuro, mesmo aos mais fortes e jovens – a fragilidade da nossa situação fazia com que o receio da morte nos acompanhasse permanentemente: faleceram ali 32 prisioneiros, quase todos jovens, numa população que nunca ultrapassou 200 presos, número a que devem acrescentar-se cerca de dez que contraíram a tuberculose no campo e que vieram a falecer vitimados por essa doença, pouco depois do seu regresso a Portugal, nomeadamente Benjamim Inácio Garcia, dr. Alberto Araújo, Fernando Vicente e outros, o que elevou o número total de mortos do campo de concentração para mais de 40 – número que representa significativa percentagem dos 20 por cento dos internados! Eu próprio contraí ali a tuberculose, que só não teve consequências fatais por ter sido libertado antes da doença atingir a fase irreversível.

Finalmente, como foi de regra em todos os campos do mesmo género, pesou sobre os prisioneiros, ao longo de todo o tempo em que estiveram internados, a total indefinição quanto à sua sorte, nomeadamente quanto ao termo do seu internamento. Na Alemanha os campos de concentração transformaram-se quase todos depois da guerra nos campos de extermínio em massa.

Em Portugal, o regime não teve necessida-

de de ir tão longe na escala da repressão. Só a derrota do nazi-fascismo impediu, porém, que a réplica portuguesa dos campos nazis tivesse atingido a fase a que chegaram aqueles. A solução *soft* de Salazar continha em si todos os ingredientes que permitiriam a «solução final» que marcou a última fase dos campos nazis. Só a derrota dos exércitos do eixo Berlim-Roma-Tóquio salvou os prisioneiros do Tarrafal do trágico destino dos prisioneiros nazis. Os agentes portugueses do projecto concentracionário tinham recebido a formação necessária para levar até ao fim, caso a sorte das armas tivesse sido diferente, a tarefa de exterminar os que mais dedicadamente se opunham ao sinistro projecto que procuravam impor à humanidade.

Os prisioneiros do Tarrafal foram testemunhas do estado de espírito (nazi-fascista) daqueles que Salazar encarregara de os torturar e aniquilar. Eles seguiram ansiosamente o curso do conflito em que Hitler se lançou.

Os avanços iniciais dos alemães (tanto em França como na frente leste) foram recebidos com júbilo. A curva da repressão acompanhou, de resto, rigorosamente, a evolução da guerra. O período em que as vitórias nazis pareciam garantir a total impunidade dos seus crimes coincidiu com a intensificação dos actos de perseguição indiscriminada e de tortura dos prisioneiros. A preservação da memória do sombrio período da nossa História dominado pela figura de Salazar (para a qual o Tarrafal dá um significativo contributo) constitui, pois, uma importante iniciativa para que as gerações futuras compreendam o significado do regime que durante quase meio século improu no nosso país.

Glória aos mortos do Tarrafal – e gratidão aos que, finalmente, decidiram prestar homenagem ao seu sacrifício!

† - Diário de Notícias

PARTIDO

J. Pinheiro Coelho

QUEM TEM VERGONHA DO «MANEL 25»?



Fui dos poucos que não sendo candidato a deputado, todavia, palmilhou de Norte a Sul as ruas de Lisboa, na campanha eleitoral de 1995.

E dos homens que estiveram na luta pelo jornal «República» e na tarefa da Fonte Luminosa, encontrámos nela Edmundo Pedro e «Manel 25», já que os restantes pertenciam a uma fornada mais seródia, e muitos dos quais nessas «batalhas» estiveram, aguerrida e freneticamente, do outro lado da praça, mas depressa fizeram um tirocino de democracia e hoje assumem-se como socialistas da primeira água com direito a

certificado e lugar no Governo.

Como quer que seja, no entusiasmo de vivência e, por efeito do calor soalheiro de Setembro, a caravana deu em ir até Loures, seguindo dali para Odivelas, onde fomos conduzidos a uma metalomecânica e confrontados com gente da pesada e malta que, de fato macaco, exibia os empedernidos princípios de Marx e mostrava uma prática leninista, vindo a gerar-se incêndio de debate, cuja veemência e intrepidez lembrava as arengas do tempo do PREC, já que os nossos interlocutores subiam a voz à medida que supunham ser ímpares na indumentária de ganga azul.

E isto tanto bastou para que, num ápice, a turma da caravana, rapidamente, se eclipsasse, sobrando dela apenas os três reincentes de cepa socialista, entre as quais o «Manel 25», teimosamente, fazia questão de tirar a gravata e mostrar aos barbudos como se torneava «os eixos de uma cambota». É perante as suas mangas arregaçadas que os homens da ferrugem se apercebem que, no PS, ao lado dos doutores, também convivem operários, camponeses e gente de trabalho, duramente sofrido.

Ora, sendo as coisas o que são e o Manel o homem de labor produtivo que se conhece, parece-nos de um ridículo pacóvio as

reticências do grupo parlamentar do PS, impedindo que aceite o lugar para o qual, legalmente, foi sufragado.

É que a ser verdade as desconfiças e receios alardeados pela comunicação social, o grupo parlamentar, a coberto de uns dichotes patéticos, vai espelhando a imagem de um partido envergonhado da honestidade dos seus militantes.

Há que dizer-se em abono de alguma decência que só terá pejo da companhia do Manel quem no PS, jamais teve o sentido de dignidade e sonha com uma elite de classes medrada num socialismo de cinco estrelas.



QUE SE PASSA

Maria João Rodrigues

«Rotas da Ria» em Albufeira

Amanhã, às 21 e 30, o Centro Dramático do Algarve levará ao palco do Auditório Municipal a peça «A Peste», baseada na obra homónima de Albert Camus.

Com adaptação de Francis Huster, encenação de Laureano Carreira e interpretação de Domingos Semedo, «A Peste» é a história de «uma grande cidade de dezenas de milhares de habitantes, isolada do resto do mundo pela peste negra, onde se vive diariamente a separação, o exílio, o confronto brutal e permanente com a morte».

A Câmara Municipal promove a mostra de trabalhos do pintor Martins Leal intitulada «Rotas da Ria».

A exposição encontra-se patente ao público na Galeria Municipal.

Concurso em Braga

O XX Concurso de Reis realiza-se no domingo, dia 17, às 14 horas, na delegação regional do Inatel de Braga. O evento estará a cargo do Grupo Folclórico de São Pedro de Escudeiros.

Pintura em Cascais

A Fundação D. Luís I e a Câmara Municipal, em colaboração com a Galeria portuguesa, Quadrado Azul, promovem, até ao dia 20, na Galeria do Centro Cultural da Gandarinha, uma exposição de obras de Eduardo Arroyo, um dos pintores espanhóis da Espanha contemporânea.

Exposições em Coimbra

«A Visão de Rui Pimentel» é a exposição que encerra hoje na Casa municipal da Cultura. Se ainda não teve oportunidade de ir ver o trabalho de 10 anos deste reconhecido cartoonista não perca mais tempo e passe já pela Galeria do Átrio da Casa Municipal de Cultura.

Dois dias mais tarde chegará ao fim a exposição evocativa de Joaquim Martins de Carvalho, patente na Galeria do Jardim, para dar lugar, no dia 19, à mostra de pintura de Ana Rosmaninho.

Amanhã será dia de ir ao Teatro Estúdio Bonifrates da Casa Municipal da Cultura para apreciar a peça «Don Juan», de Molière, com encenação de José Oliveira Barata.

No Café-Galeria Almedina estará patente, até ao dia 20, «Terras Distantes», uma exposição de pintura de Sarah Minnis.

Quinzenas Musicais em Fafe

Este mês começam os concertos quinzenais «Música em Diálogo», um evento organizada pela Câmara Municipal e que contará com os comentários do maestro José Atalaya.

Esta iniciativa levará à cidade nomes sonantes da música erudita ao longo do ano. Assim, amanhã, às 21 e 30, actua, no Estúdio Fénix, a Orquestra Orff do Porto. Não perca este espectáculo cujo programa inclui obras de Mozart («Sinfonia de Brinquedos») e de Tchaikovsky («Quebra-Nozes»)

A Empresa Municipal de Turismo realiza uma montaria ao javali, na área de reserva de caça turística do concelho, no domingo, durante todo o dia.

Filme em Faro

Hoje terá a última oportunidade de assistir à exibição do filme «A Legião dos Duros» no Cinema Santo António

Fantoches em Guimarães

«Os Mutantes», de Teresa Villaverde, é o filme reservado para hoje às 21 e 45, no Auditório da Universidade do Minho.

As manhãs infantis da Biblioteca Municipal Raul Brandão estarão preenchidas, amanhã, a partir das 10 e 30, com o programa de vídeo intitulado «Bugs Bunny no Mundo dos Ursos» que será exibido na Sala Polivalente.

Na próxima quarta-feira, dia 20, às 10 e 30, leve os seus filhos à Biblioteca Municipal para apreciarem o teatro de fantoches de António Torrado. Trata-se de «Teatro às Três Pancadas: Vem aí o Zé das Moscas».

Bailado em Lisboa

Se é apreciador(a) de recitais de música de câmara, então não deixe de ir hoje à Sé Patriarcal, a partir das 16 e 30, para assistir a um momento musical preenchido com recitais de órgão a cargo de Rui Paiva.

Amanhã estreia nas salas de cinema lisboetas o filme mais recente de Martin Brest, «Conhece Joe Black?», com Brad Pitt, Anthony Hopkins e Claire Forlani nos principais papéis.

Também amanhã, sexta-feira, debutará a peça «As Variações Goldberg», de George Tabori, no Comuna – Teatro de Pesquisa. Este espectáculo, que conta com a encenação e versão cénica de João Mota, poderá ser apreciado de quarta a sábado, às 21 e 30, e/ou aos domingos pelas 17 ho-

ras.

Nos dias 20, 21 e 23, pelas 21 e 30, bem como no dia 23, às 16 horas e 21 e 30, o Ballet Gulbenkian deliciar-se-á com a assistência do Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian com a sua interpretação de «Seis Danças».

Até ao dia 24 poderá visitar, na Galeria das Caravelas do Centro Cultural de Belém, a mostra fotográfica do artista japonês Hiroshi Sugimoto, todos os dias, entre as 11 e as 20 horas.

Sons no Porto

Luísa Cunha (Lisboa, 1953) tem vindo a apresentar, ao longo da década de 90, instalações sonoras em que o som, muitas vezes trabalhado em computador, espacializa frases e situações acústicas e visuais que incidem sobre a percepção e a comunicação com o espectador.

Se quiser descobrir como, então vá à capela da Fundação de Serralves, o mais tardar até ao dia 24, e visite a mostra patente

Artes visuais em Setúbal

«Argumento e Erro» é o título da mostra da artista Graciete Claro que poderá ser apreciada, até ao dia 16, na Casa do Corpo Santo e na Casa de Bocagem da Galeria Municipal de Artes Visuais.

Desporto em Viana do Castelo

A marcha «Trilhos da Serra d'Arga» começa no dia 17, às 9 horas, na Montaria. Trata-se de um convite irresistível para todo amante do montanhismo.

Artes plásticas em Vila Nova de Famalicão

Na Fundação Cupertino de Miranda está patente o «Espaço Aberto» de obras de artes plásticas, pratas, cerâmicas, artesanato e produtos genuínos.

Aquele espaço funciona de segunda a sexta-feira, das 10 às 12 horas e das 14 e 30 às 18 horas, bem como aos sábados, domingos e feriados, entre as 14 e as 18 horas.

SUGESTÃO

BRINQUEDOS COM HISTÓRIA EM SINTRA

O Museu do Brinquedo, em Sintra, é o lugar escolhido para que os nossos filhos jamais possam imaginar o mundo sem brincadeiras, sem um carrinho ou uma boneca que desperte a criatividade das crianças e as leve a sonhar. Lá estão reunidos os sonhos de várias gerações.

A colecção de cerca de 20 mil brinquedos foi recolhida por José Arbués Moreira. Durante 50 anos pretendeu descobrir a filosofia inerente aos brinquedos que, segundo o colecionador, «reflecte o que se passa na História».

Na exposição podemos «andar» em barcos do início do século, «viajar» em comboios dos anos 30 ou «dar uma volta» num triciclo do século XIX.

Algumas figuras marcantes estão presentes, desde Adão e Eva, passando por Hitler e Mussolini juntos num Mercedes, até ao Papa. Grandes exércitos, como as tropas de Napoleão, cenas das duas guerras mundiais, como uma parada militar hitleriana com tropas das SS a marchar, e figuras da Mocidade Portuguesa do tempo do Estado Novo, despertam o visitante para diferentes épocas da História.

Os amantes de automóveis podem também deliciar-se com miniaturas de «Ferrari» ou «Alfa Romeu» e «pedalar» num carro de 1925, a «Citroenette».

Para além desta colecção, está patente ao público uma exposição das famosas bonecas «Barbie» vestidas pelos mais famosos costureiros do mundo.

Foi criada, ainda, uma exposição itinerante com mais de duas mil peças intitulada «100 anos de História através do brinquedo». O museu dispõe igualmente de um espaço lúdico e os visitantes podem observar o restauro de peças.

A exposição das bonecas está patente ao público até 17 de Janeiro. Mas a colecção dos 20 mil brinquedos irá continuar, testemunho como é do sonho de tantas gerações.

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Poema de desilusão e de revolta

*Outra vez este desapego de tudo.
Outra vez este olhar indiferente para tudo:
não encontrar na vida uma razão de viver.*

*Triste
encosto-me na janela
e olho a natureza livre.*

Talvez valesse a pena ser árvore...

Talvez valesse a pena ser cão.

*Tudo
menos andar amarrado uma vida inteira
aos preconceitos inúteis
duma civilização caduca.*

João José Cochofel
In «Descoberta», Coimbra Editora

Ciclo de Música no Europarque

Beethoven

Sinfonia n.º 9 «Coral»

Grande Auditório do Europarque
15 de Janeiro, 22 horas

Participam

Orquestra e Coro Gulbenkian
Michael Zilm – maestro
Liliana Bizineche – meio-soprano
Marcel Beekmann – tenor
Elisabete Matos – soprano
Jorge Vaz de Carvalho – barítono



O PROGRAMA DE ESTABILIDADE

Depois dos debates orçamentais e do período natalício, fiquei deliciado com o humor do líder oposicionista Marcelo Rebelo de Sousa. Ao anunciar que vai ser primeiro-ministro e que queria eleições em Junho, exibiu a incomodidade de quem pretendia despachar uma derrota certa.

Entretanto, e ocupado com coisas sérias, o Governo apresentou o novo Programa de Estabilidade relativo ao período de 1999 a 2002.

Nesse Programa, reafirma-se a necessidade de prosseguir a política de investimento público necessária ao processo de convergência estrutural, ou seja, à aproximação da economia portuguesa ao conjunto das economias europeias. Este Programa de Estabilidade assenta na consolidação das finanças públicas e tem como ponto essencial a redução gra-

dual e sustentada do défice orçamental. Mas, para além disso, no Programa de Estabilidade assume-se o compromisso de prosseguir a reestruturação do sistema fiscal, com o objectivo de promover a melhoria da equidade e o combate à evasão e à fraude fiscal, bem como reformular o sistema da contribuição autárquica, o imposto de sucessões e doações e a eliminação do imposto de sisa.

O Programa de Estabilidade assume o compromisso da reforma gradual e profunda do Serviço Nacional de Saúde, que se enquadra numa profunda preocupação dos portugueses e numa necessidade de compatibilizar a melhoria progressiva da qualidade dos cuidados prestados com uma gestão financeira e social prudente e equilibrada.

O aprofundamento das políticas sociais a que o nosso Governo tem imprimido

uma marca claramente progressista terá, no âmbito do Programa de Estabilidade apresentado, que ser compatibilizado com os necessários aumentos de produtividade e com os ganhos da competitividade empresarial.

As políticas de solidariedade social, de desenvolvimento económico, de equilíbrio financeiro, de aumento da eficácia e da equidade do sistema social deverão ser prosseguidas até 2002, no quadro deste Programa apresentado, que harmoniza a participação na moeda europeia com o programa eleitoral e governamental do PS.

É então tempo de reforçar o nosso empenhamento na criação de condições políticas para, por via eleitoral, se assegurar a continuidade reforçada desta acção governamental, tão útil para as portuguesas e para os portugueses, de hoje e de amanhã.

«O descontentamento legítimo dos médicos com as más condições de exercício profissional não pode servir de argumento para manter uma greve estranhamente designada por "self service".»

Daniel Sampaio

Notícias Magazine, 10 de Janeiro

«Excelente, a ideia da Carris de divulgar, no exterior dos autocarros, os grandes poetas portugueses.»

Maria Elisa

Diário de Notícias, 10 de Janeiro

«A melhor homilia sobre o Natal foi proferida por Marcelo Rebelo de Sousa, no tempo de antena do PSD. Notável. Fartel-me de rir.»

Mário Castrim

Tal & Qual, 8 de Janeiro

«Não vou ser como o Manuel Sérgio, que ia para a Assembleia da República dormir.»

Manuel Jerónimo (Manel 25)

Tal & Qual, 8 de Janeiro

«O "novo centro" é um "coiso" tão abrangente e indefinível como a pós-modernidade.»

Alfredo Barroso

Expresso, dia 9 de Janeiro

«O "novo centro" é uma espécie de albergue espanhol onde tudo os todos vão parar.»

Idem, ibidem



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____


Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Maria João Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz